



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS II
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM AGROECOLOGIA
RESIDÊNCIA AGRÁRIA (CNPq / INCRA / PRONERA / UEPB)**

ALESSANDRO DE OLIVEIRA SILVA

**GESTÃO DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE DA
COMUNIDADE CAIÇARINHA EM PEDRA LAVRADA E DA COMUNIDADE DE
COALHADA-CAPOEIRAS EM CUBATÍ, PARAÍBA - BRASIL**

**LAGOA SECA
2016**

ALESSANDRO DE OLIVEIRA SILVA

**GESTÃO DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE DA
COMUNIDADE CAIÇARINHA EM PEDRA LAVRADA E DA COMUNIDADE DE
COALHADA-CAPOEIRAS EM CUBATÍ, PARAÍBA - BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Especialização em
Agroecologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Especialista em Agroecologia.

Orientadora: Profa. Ma. Marilene
Nascimento Melo

**LAGOA SECA
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586g Alessandro de Oliveira Silva

Gestão dos fundos rotativos solidários: uma análise da comunidade Caiçarinha em Pedra Lavrada e da comunidade de Coalhada-Capoeiras em Cubatí, Paraíba - Brasil [manuscrito] / Alessandro de Oliveira Silva. - 2016.

76 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Agroecologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Marilene Melo Nascimento, Agroecologia e Agropecuária".

1. Gestão. 2. Semiárido. 3. Agricultura familiar. 4. Fundo rotativo solidário. 5. Cooperação. 6. Transição agroecológica. I. Título. 21. ed. CDD 332.7

ALESSANDRO DE OLIVEIRA SILVA

GESTÃO DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE DA
COMUNIDADE CAIÇARINHA EM PEDRA LAVRADA E DA COMUNIDADE DE
COALHADA-CAPOEIRAS EM CUBATÍ, PARAÍBA - BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Especialização em
Agroecologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Especialista em Agroecologia.

Aprovada em: 02 de março de 2016..

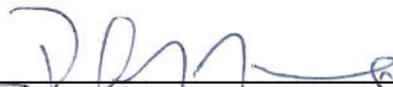
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Marilene Melo Nascimento. (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Fernando Garcia Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Dr. Rodrigo Moreira Machado
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, João Francisco da Silva, *in memoriam*, e Nalzira de Oliveira Silva por seus bons valores a mim ensinados e por incentivar meus estudos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Bárbara Davis pelo apoio e colaboração tão importantes.

À educadora Marilene Melo Nascimento, Ma.; orientadora deste trabalho, por sua compreensão, solicitude às minhas reiteradas necessidades.

Aos companheiros José Waldir Souza, Valterlândio Cardoso e Alex Barbosa, pelas contribuições através de seus conhecimentos e pela disponibilidade.

Aos agricultores e agricultoras do Assentamento Belo Monte e das Comunidades de Coalhadas e Capoeiras por partilhar conosco suas experiências que viabilizaram este trabalho.

Aos educadores Rodrigo Moreira e Beatriz Stamato, Drs.; pelo comprometimento com a agroecologia e dedicação voltadas aos cursos da UEPB, em especial do Campus II.

Aos companheiros e companheiras de trabalho servidores do Campus II da Universidade Estadual da Paraíba, técnicos e professores, que me inspiraram para a conclusão deste trabalho sempre prestativos. Em especial as amigas Lourdinha, Mércia, Janicleide, Simone, Shirleyde e Élide e aos amigos Josely, Antônio Fernandes, Leandro, Yuri, Alexis, Messias Firmino e Abraão.

Aos membros do Núcleo de Extensão Rural Agroecológica da UEPB, meus grandes parceiros e parceiras com quem aprendo na prática os princípios da agroecologia estudados em sala de aula através das reuniões e debates.

Às pessoas que conheci por ocasião de estarmos unidos em torno da agroecologia: meus queridos e queridas colegas de classe.

“Digamos juntos, de coração: nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá.” Papa Francisco.

RESUMO

Esta monografia é o resultado de estudos sobre as formas de gestão dos fundos rotativos solidários realizados nas comunidades de Caiçarinha, no assentamento Belo Monte – Pedra Lavrada; e na comunidade rural de Coalhada-Capoeiras – Cubatí, ambas inseridas no semiárido do Estado da Paraíba. Teve como objetivo geral entender o funcionamento e as formas de administração dos FRSs, bem como, ainda objetivou conhecer como se deu o desenvolvimento histórico destas comunidades com relação aos fundos rotativos solidários e captar o olhar das famílias que acessam os recursos dos fundos sobre estas gestões. Pretendeu, além do mais, munir com informações relevantes as organizações que acompanham estes sistemas de finança solidária e que estão inseridas no processo de organização destas comunidades. Inicialmente nos referenciamos teoricamente os conceitos relacionados ao tema, em seguida descrevemos a metodologia utilizada nos estudos. Fizemos um breve relato da organização e funcionamento dos FRSs nestas comunidades. Concluindo, foram feitas as análises e considerações finais sobre os casos estudados.

Palavras-Chave: Gestão. Semiárido. Agricultura Familiar. Fundo Rotativo Solidário. Cooperação. Transição Agroecologia

ABSTRACT

This monograph is the result of case studies on the understanding of the ways of managing the solidarity rotary funds held in Caiçarina communities in the settlement Belo Monte – Pedra Lavrada; and in the rural community of Coalhada-Capoeiras - Cubati, both inserted in the semiarid region of the State of Paraíba. We aimed to understand the operation and forms of administration of SRF and also aims to know how was the historical development of these communities with respect to the solidarity rotary funds and capture the look of families who access the resources of the funds on these efforts. Intended, moreover, equip with information relevant organizations that follow these solidarity finance systems and are inserted in the process of organizing these communities. Initially in theory we mention the concepts related to the theme, then we describe the methodology used in the studies. We made a brief account of the organization and functioning of these communities FRSs. In conclusion, there have been analyzes and final consideration of the cases studied

Keywords: Management. Semiarid region. Family farming. Solidarity Revolving Fund. Cooperation. Agroecological transition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Fluxograma da Dinâmica do COLETIVO-----	43
Figura 02. Capa da Cartilha – Cordel do Fundo Solidário.-----	44
Figura 03. Sumário da Cartilha - Cordel do Fundo Solidário. -----	45
Figura 04. Cartilha - Cordel do Fundo Solidário: Exemplo de Ata para implementação de um FRS. -----	46
Figura 05. Cartilha - Cordel do Fundo Solidário: Modelo de Termo de Adesão para um FRS. -----	46
Figura 06. Cartilha - Cordel do Fundo Solidário: Modelo de Carnê de Controle para um FRS. -----	47
Figura 07. Cartilha - Cordel do Fundo Solidário: Exemplo de Preenchimento de Livro Caixa. -----	47
Figura 08. Linha do Tempo da Comunidade Caiçarinha em relação ao Fundo Rotativo Solidário. -----	50
Figura 09 – Linha do Tempo da Comunidade Coalhada-Capoeiras em relação ao Fundo Rotativo Solidário. -----	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Adaptado de “Seis fontes de evidências: pontos fortes e pontos fracos” de Yin (2001)	37
Tabela 02. Referências para acesso aos recursos dos Fundos Rotativos Solidários a nível comunitário.	56
Tabela 02. Referências para acesso aos recursos dos Fundos Rotativos Solidários a nível regional.	58
Tabela 04. Comparação das Gestões dos FRSs Estudados.	65

LISTA DE FOTOS

Foto 01. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Caiçarinha.-----	48
Foto 02. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Caiçarinha.-----	48
Foto 03. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Caiçarinha.-----	49
Foto 04. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Coalhada-Capoeiras. ---	51
Foto 05. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Coalhada-Capoeiras. ---	51
Foto 06. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Coalhada-Capoeiras. ---	51
Foto 07. Páginas do Caderno de Anotações do FRSC da Comunidade Coalhada-Capoeiras. -----	61
Foto 08. Ata da Associação da Comunidade Coalhada-Capoeiras.-----	62
Foto 09. Página do Caderno de Anotações do FRSC da Comunidade Coalhada-Capoeiras. -----	62
Foto 10. Páginas do caderno de anotação do FRS da Comunidade Caiçarinha.----	63
Foto 11. Carnê Utilizado para Controle do FRSC da Comunidade Coalhada-Capoeiras. -----	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	13
2 REVISÃO DE LITERATURA -----	15
2.1 Economia Solidária -----	15
2.1.1 Economia Solidária e Popular e a Democracia Participativa	18
2.2 Fundo Rotativo Solidário -----	21
2.3 Semiárido Brasileiro -----	24
2.4 Agricultura Familiar -----	27
2.5 Transição Agroecológica -----	29
2.5.1 Transição para a Agroecologia e a Convivência com o Semiárido -----	33
3 METODOLOGIA -----	36
3.1 Tipo de Pesquisa -----	36
3.2 IAP – Investigação-Ação-Participativa -----	38
3.3 Escolha das Comunidades -----	39
3.4 Atividades Realizadas -----	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO -----	41
4.1 Contextualização das Realidades Estudadas -----	41
4.1.1 COLETIVO -----	41
4.1.2 Comunidade Caiçarinha, Assentamento Belo Monte -----	48
4.1.3 Comunidade Coalhada-Capoeiras -----	51
4.2 Análise dos Dados -----	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	66
6 REFERÊNCIAS -----	69
APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS -----	72

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se dedica a analisar a gestão dos fundos rotativos solidários, que são articulados pelo Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar – COLETIVO e apoiados pelo Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas - PATAC, na comunidade de Caiçarinha, área de assentamento da reforma agrária em Pedra Lavrada/PB, e nas comunidades rurais de Coalhada e Capoeiras, situadas no município de Cubati/PB, a partir da perspectiva da agroecologia e da convivência com o semiárido e dos princípios da democracia e da solidariedade.

A Paraíba é reconhecida pela presença significativa das experiências de Fundo Rotativo Solidário (FRS) em praticamente todas as regiões do Estado, desenvolvidas pelas organizações da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba). O COLETIVO se destaca por ser uma das dinâmicas regionais de transição para a agroecologia vinculada a ASA Paraíba com maior densidade e diversidade de experiências de FRS.

A parceria do Núcleo de Extensão Rural Agroecológica da Universidade Estadual da Paraíba (NERA/UEPB) com o COLETIVO e o PATAC me permitiu começar a conhecer as experiências dos Fundos Rotativos Solidários despertando-me o interesse de saber como esta modalidade de finanças dialogava com os princípios da economia solidária e da democracia participativa.

Ao mesmo tempo em que o COLETIVO e o PATAC sentiam necessidade de compreender melhor as diferentes formas de gestão dos Fundos Rotativos Solidários existentes na dinâmica do Coletivo e saber os avanços, desafios, limites e as possibilidades destas experiências com vistas a potencializar os processos de transição agroecológica dos agroecossistemas familiares e o desenvolvimento autogestionado das comunidades.

A opção metodológica do Curso (Residência Agrária – Especialização em Agroecologia) pela Investigação Ação Participativa (IAP) e a confluência de interesses fez com que fossem definidos em comum acordo com o COLETIVO e PATAC os objetivos, a metodologia, as comunidades, as lideranças e famílias que participariam da pesquisa.

Assim sendo, a pesquisa teve como objetivo analisar a gestão dos fundos rotativos solidários, na comunidade de Caiçarinha, Assentamento Belo Monte em

Pedra Lavrada, e nas comunidades rurais de Coalhada e Capoeiras, situadas no município de Cubati. Para isto foram necessários: sistematizar a história da organização dos fundos rotativos solidários nestas comunidades; compreender o desenvolvimento e o funcionamento dos diversos tipos de fundos rotativos solidários; investigar o nível de participação (das famílias agricultoras, lideranças comunitárias e do Coletivo) na gestão do fundo rotativo solidário; observar em que medida o FRS resgatou e fortaleceu as práticas solidárias comunitárias e a afirmação da identidade camponesa dessas famílias.

O trabalho está dividido em 3 partes, a saber: a primeira aborda conceitos e referenciais teóricos sobre temas relacionados ao tema e aos objetivos do estudo, que são: a economia solidária e a democracia participativa, o semiárido brasileiro e a convivência com o semiárido, agricultura familiar e a dinâmica da transição agroecológica. A segunda parte explica a metodologia aplicada referenciada na Investigação-Ação-Participativa, a IAP. A última parte refere-se a análise das informações e as considerações finais sobre o estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este trabalho fundamenta-se nos conceitos relativos à economia solidária com ênfase no princípio da democracia participativa, fundo rotativo solidário e sua forma de administração, semiárido brasileiro, agricultura familiar e a transição agroecológica com vistas para a convivência com o semiárido.

Conhecer os princípios que baseiam a noção de economia solidária nos dará uma dimensão mais ampla para entender o funcionamento dos fundos rotativos solidários, sua importância e os fundamentos que norteiam esta modalidade de finanças solidárias, levantando as questões em torno da gestão dos fundos rotativos solidários para a transição agroecológica. Ainda consideramos importante descrever as caracterizações do semiárido brasileiro e conhecer dados sobre esta região, e, por fim, fazer um levantamento bibliográfico sobre a agricultura familiar e sua interação com o meio ambiente, a agroecologia e a transição dos sistemas convencionais de produção rural para uma agricultura de base agroecológica que dão sustentabilidade para a convivência com o semiárido. Assim, poderemos ter um melhor suporte teórico à esta pesquisa e respaldar as conclusões qualitativas que finalizarão este trabalho.

2.1 Economia Solidária

A palavra economia tem origem da união de dois termos gregos “*oikos*” – casa, e “*nomos*” – costume, lei; significando, em linhas gerais, “regras ou administração da casa”. A ciência da economia se preocupa com a maneira como se administram os recursos, que são escassos, com o objetivo de produzir bens e serviços que atendam às necessidades de consumo, que em geral são ilimitadas, entre os indivíduos de uma sociedade, conforme Vasconcellos (2009).

As discussões sobre produção e distribuição, oferta e demanda, têm uma longa história, mas o surgimento do estudo da economia no seu sentido moderno e como disciplina separada é convencionalmente datado a partir da publicação de “A Riqueza das Nações” de Adam Smith em 1776, até aí se referiam com o termo de “economia política”, só depois de 1870 é que este termo é substituído por “ciência econômica”.

Economia pode ser definida como a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas ou grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas. (Vasconcellos, 2009)

Logo após o capitalismo industrial por ocasião do enorme crescimento da pobreza entre os artesões e a expulsão em massa dos camponeses de suas terras e que vieram a fazer parte do proletariado moderno é que nasce o conceito de economia solidária (SINGER, 2002), compreendendo um conjunto de práticas econômicas organizadas na forma de autogestão dos recursos, ou seja, os participantes de uma determinada atividade são os mesmos que o gerem sem necessidade de uma instituição para administrá-las. A gestão destes recursos envolve desde os meios de produção, sua distribuição, o consumo, renda, poupança e crédito.

A economia solidária surgiu como uma alternativa inovadora para geração de trabalho e de produção que envolve princípios de solidariedade, cooperação, respeito, comercialização e consumo justos e considera as questões culturais, políticas, sociais e do respeito ao meio ambiente. Tenta libertar o trabalhador dos fenômenos de alienação do trabalho e da mais valia teorizados principalmente pelo filósofo alemão Karl Marx. Num aspecto social a produção organizada por uma atividade econômica solidária busca juntar o intelectual do operacional, “Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual” (Karl Marx, 1988, p101). No aspecto econômico há a tentativa de apropriação de capital de forma justa sem exploração do trabalhador que se torna administrador de suas próprias tarefas e fortalece outros aspectos importantes como autonomia, transparência e democracia.

A economia solidária pode ser encarada como um projeto de desenvolvimento com a finalidade voltada para a sustentabilidade, englobando princípios de justiça, tanto econômica quanto social, o amadurecimento e consolidação de uma democracia participativa. A preocupação com a preservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais são assuntos que regem seus princípios. Arroyo e Shuch (2006), apontam estes princípios como sendo a valorização social do trabalho humano; reconhecimento do papel da mulher e do feminismo, enquanto movimento e ciência que busca superar as desigualdades de gênero na sociedade; desenvolvimento integrado e sustentável com relações respeitadas entre o homem e a natureza; busca dos valores do associativismo, cooperativismo e do mutualismo; os valores centrais

da economia solidária são o trabalho, o saber e a criatividade humana; o ser humano é o sujeito e a finalidade do trabalho, busca da unidade entre a produção e a reprodução para contrapor as contradições capitalistas em relação aos benefícios gerados; busca da solidariedade entre os povos dos hemisférios norte e sul, geração de trabalho e renda combatendo as desigualdades materiais e a exclusão social. Arroyo (2006), também traz como estratégias desafiantes para a construção da economia solidária os seguintes tópicos:

1. Sistemas financeiros solidários: Tem a finalidade de democratizar o acesso aos créditos, principalmente àquelas que estão excluídas do sistema convencional bancário, por meios dos diversos tipos de cooperativas de créditos que não utilizam a lógica do acúmulo de lucros e dos altos juros. A sua importância está voltada para utilização social dos créditos e autonomia financeira dos povos.

2. Geração de comercialização de produtos e serviços justos: Considera a eliminação, na medida do possível, dos intermediadores entre os ofertantes e seus demandantes para o estabelecimento de relações mercantilistas mais justas. Se percebe que há o ideal de promover a supressão dos efeitos da mais valia.

3. Atividades econômicas não monetárias: O dinheiro não seria a principal ferramenta para aquisição de produtos ou serviços, mas sim, transações baseadas nas trocas mútuas. A função do dinheiro é assunto de discussão sobre seu papel na sociedade. De acordo com Arroyo (2006), “apresenta três principais características: a autoprodução coletiva, a elaboração de sistema de trocas locais e as redes de trocas recíprocas de saberes”.

4. Estado político democrático: há uma exigência da economia solidária para que os governantes estejam empenhados no compromisso da defesa dos direitos universais de todos os trabalhadores e trabalhadoras e da responsabilidade social das empresas e seus cidadãos, o respeito as diversidades étnicas, sociais, culturais e ambientais, e visando a democracia participativa.

Politicamente os preceitos da economia solidária caminham para uma pauta onde os poderes públicos se comprometam com a democratização do poder, da riqueza e do saber, estimulando a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania.

2.1.1 Economia Solidária e Popular e a Democracia Participativa

Para fins de embasamento sobre economia solidária e no que se refere este estudo, é de suma importância ter uma melhor compreensão sobre o significado de democracia participativa que julgamos um dos mais importantes sustentáculos para a efetivação das estratégias de economia solidária.

Democracia é um mecanismo usado por determinada sociedade para garantir a participação de sua população nas decisões em comum desta sociedade, que se expressa, em seu teor mais básico, nos direitos fundamentais do homem para assegurar a vontade do povo. De acordo com o renomado jurista brasileiro, José Afonso da Silva, “a democracia não é um mero conceito político abstrato e estático, mas é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história” (Silva, 2005). Sendo ela um regime político alicerçado numa forma de governo formado pelo povo e com a finalidade de atender as suas próprias demandas. O autor ainda ressalta o conceito de democracia dizendo que “podemos, assim, admitir que a democracia é um processo de convivência social em que o poder emana do povo, há de ser exercido, direta ou indiretamente, pelo povo e em proveito do povo” (Silva, 2005).

Pela complexidade na atualidade da prática de uma efetiva democracia nas nações, pelas diversidades existentes no seio das sociedades e pela própria quantidade de indivíduos que impossibilita uma escuta minuciosa da vontade de todos e que se complica mais quando se espera que os governantes atendam aos anseios de cada grupo social, faz com que o tipo de democracia participativa seja um dos objetivos de maior desafio para a consolidação das atividades de economia solidária.

Neste cenário é perceptível a existência de democracias elitistas, consideradas por alguns autores como ocorrência natural dado o nível de dificuldade em responder

aos anseios populares em suas multiplicidades. Esta corrente de pensamento embasou as doutrinas do Regime Militar implantado no Brasil, superadas pela atual Constituição Federal. No raciocínio elitista da democracia é impossível que o povo consiga se governar de maneira plena, para os adeptos o tipo de democracia representativa, inclusive a partidária, de uma forma ou de outra, mesmo com a intermediação do povo na escolha dos seus representantes não será o povo que tomará as decisões, e sim, uma pequena elite posta no poder por este mesmo povo.

Democracia que é possível na realidade consiste no governo por uma minoria democrática, ou seja, por uma elite formada conforme tendência democrática, renovada de acordo com o princípio democrático, imbuída do espírito democrático, voltada para o interesse popular: o bem comum. (Filho, XXX, apud Silva, 2005)

A ideia de que a democracia acontece quando a vontade da maioria predomina também deve ser vista de forma cautelosa, pois não é um princípio, mas sim um instrumento para a tomada de decisões para os agentes públicos. Na evolução dos regimes democráticos esta concepção é substituída pelas representações proporcionais, que num Estado hegemonicamente burguês dificilmente garantirá a igualdade no cuidado com as minorias ocasionado pela supremacia de delegados das elites.

No Brasil, a Constituição de 1988 tentou alcançar o propósito de responder e diminuir as desigualdades criando ou reforçando instrumentos para que o poder público receba diretamente do povo suas reivindicações ou que o mesmo seja consultado em determinadas decisões, são eles: O referendo, o plebiscito e as iniciativas populares. Estes instrumentos constitucionais de gestão, no entanto, não bastam para integralizar as aspirações de um governo participativo.

A democracia participativa é aquela onde o povo pode influenciar ou intervir diretamente, sendo consultado previamente as representações populares para as tomadas de decisão, não apenas periodicamente com acontece nas eleições, mas também no efetivo controle social. Ela é orientada pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social. Um exemplo que ocorre nas gestões públicas atualmente é a realização do orçamento democrático, onde a população de forma organizada é quem decide sobre a destinação de parte das verbas públicas.

A democracia participativa na gestão dos empreendimentos solidários é fundamental para a construção de relações econômicas mais justas que quebra a lógica de que o capital é o ponto central na vida em sociedade por uma ideia de valorização do humano como a finalidade de produzir um acúmulo de riquezas sociais que engloba toda uma população, consolidando o princípio da autonomia.

A democracia participativa só se efetiva quando se estabelece um tipo de relação em torno de uma economia popular, para Arroyo (2006), a “Economia Popular, portanto, na sua composição e tomando mais estritamente a sua função, é aquela que de forma mais direta atende às necessidades e desejos da população”. E esta construção só é possível com a afirmação de que todos os agentes que compõem uma sociedade tenham a sensibilidade voltada para o bem comum, é um projeto de desenvolvimento sustentável que implica em comportamentos humanos com a consciência de entender que o que se considera bom para uma pessoa tem que ser bom para o outrem. Estas características reforçam o princípio da solidariedade na democracia participativa.

Nossa ideia de solidariedade remete a uma ação humana que corresponde à noção elevada de que o melhor para alguém só se obtém de maneira sustentável se for também o melhor para o outro; que não é possível obter bens como qualidade de vida, que inclui segurança, por exemplo, uma preocupação muito atual, se não for uma conquista social. Então, a solidariedade se destaca por esse grau avançado de compreensão de que a solução dos problemas individuais passa pela solução dos problemas coletivos. (Arroyo, *et al.* 2006)

O conceito de popular também pode ser encarado como um princípio da democracia participativa, tendo em vistas que enquadra a ideia de participação ativa de uma parcela majoritária da sociedade e esta parte é formada pelos mais excluídos economicamente, que contraditoriamente, são os que impulsionam o sistema de acumulação de capitais com sua força de trabalho compõe os diversos ramos produtivos e pelo fator da demanda de bens e serviços.

A existência de um projeto coletivo que tem uma relação com valores sociais mais amplos constitui elemento de orientação e de legitimação das organizações; entretanto a constituição e a manutenção da coerência e da relevância deste projeto social ao longo do tempo não é uma tarefa simples. (Andion, 2005)

Portanto, o processo para concretização de uma economia solidária e popular deve atender as exigências da democracia participativa que, por sua vez, depende da receptividade dos diversos setores da sociedade em dialogar sobre suas prioridades

que acolha os interesses em comum da população, que de acordo com Andion (2005), “Esta abertura para ouvir e incorporar as manifestações dos membros e da comunidade, no seio dos grupos comunitários, constitui a essência da sua caracterização como espaços públicos autônomos”.

2.2 Fundo Rotativo Solidário

Uma das práticas da economia solidária são os fundos rotativos solidários – FRS, que se enquadra nas estratégias de promover alternativas visando níveis de autonomia financeira, social e política nas sociedades, havendo vários exemplos que reforçam o modo de convivência solidária e da gestão partilhada com inúmeros casos de sucesso pelo mundo.

No Brasil o sistema de fundos rotativos solidários faz parte das políticas para promoção da economia solidária, ganhando forças nos anos 80 principalmente por sua difusão entre os movimentos sociais.

Constituem uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo mediante compromissos devolutivos voluntários, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, ou ainda sem retorno, dirigidos para o atendimento de comunidades ou grupos associativos produtivos que adotam princípios de gestão compartilhada e convivência solidária” (Bertucci, 2003, *apud* Cáritas 2012)

Na cartilha “Cordel do Fundo Solidário – Gerando Riquezas e Saberes. Noções de boas práticas sobre organização e gestão” (2011), os organizadores assemelham o FRS a uma poupança comunitária gerida de forma coletiva e que estes recursos geridos nem sempre são em dinheiro podendo ser mão-de-obra ou sementes, por exemplo. Todos os participantes têm acesso aos recursos estabelecidos de forma igualitária. Na agricultura familiar o FRS consiste na mobilização entre famílias que se cooperam para sanar algum problema em comum entre elas, podendo fortalecer algum tipo de atividade ou até mesmo criar uma nova prática agrícola entre elas.

Fundos Rotativos Solidários (FRS) são formas de organização que permitem às comunidades constituírem poupanças coletivas a partir de recursos localmente rateados ou de apoios de cooperação externa. A aplicação dos recursos e sua sucessiva reposição para novos investimentos seguem modalidades e ritmos decididos pela própria comunidade. (Agriculturas. v. 7 – nº 2. Julho de 2010)

As famílias paraibanas que estão alocadas nas áreas de assentamento da reforma agrária no semiárido, em geral, enfrentam adversidades no que tange à produção agrícola, pois os assentamentos se encontram, na maioria das vezes, em áreas com grande desequilíbrio ambiental, tendo em vista que são propriedades rurais que deixaram de cumprir sua função social de acordo com a legislação. O que enfraquece a economia local pela dificuldade da geração de renda principalmente quando a região sofre os períodos de estiagem que são tão comuns ao semiárido paraibano. Estas condições adversas fazem com que as famílias agricultoras tenham dificuldades de investir na estrutura de suas áreas. Para tanto elas buscam alternativas para terem acesso aos recursos que necessitam sem depender exclusivamente das políticas públicas e assim poder alcançar sua autonomia econômica sustentável. A disponibilidade de créditos por instituições, principalmente as financeiras, e até mesmo os programas governamentais para fortalecimento da agricultura familiar nem sempre são de fácil acesso por exigências burocráticas ou até mesmo por não atenderem a uma determinada necessidade da família.

Então os sistemas de finanças solidárias são criados visando suprir uma determinada necessidade existente e que seja em comum a um grupo de famílias, Verifica-se que na criação de um FRS há um processo de escolha de uma iniciativa ou produto em comum aos participantes, daí decide-se qual será a primeira família beneficiada, organiza-se como será feita a devolução do benefício e como se dará a escolha das próximas famílias beneficiadas. Juntamente com o recebimento do produto ou benefício as famílias envolvidas assumem compromissos como a devolução em determinado período de tempo do que lhe foi entregue, seja em dinheiro ou em produtos, também há o compromisso do trabalho solidário, quando é o caso, como os mutirões. Nas experiências vividas na Paraíba observa-se que as principais atividades financiadas pelos fundos rotativos são referentes a armazenagem de água, armazenamento de forragens, banco de sementes crioulas e os mutirões para produção e construção.

Para a distribuição dos principais recursos trabalhados nos fundos e que possam suprir concretamente as necessidades das famílias que o acessam, as mesmas constroem parâmetros com alguns valores mínimos e as condições necessárias para o recebimento do benefício¹. Estas referências colaboram para que

¹ Ver Tabelas 02 e 03, páginas 57 e 59, respectivamente, que foram construídas pelos assessores do PATAC.

nenhuma família tenha problemas futuros para as devoluções, principalmente, que venham a ser ocasionadas por inviabilidade de manutenção ou reprodução que são acordados na comunidade.

O primeiro FRS que foi implementado e acompanhado pela ASA aconteceu no município de Soledade – Paraíba, no ano de 1993 através do PATAC em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município e com a Paróquia Santa Ana. Em torno da questão do acesso, captação e estocagem da água como tema mobilizador, o fundo rotativo contribuiu para ampliação das famílias beneficiadas com as cisternas de placas, em pouco espaço de tempo a motivação gerada com esta experiência colaborou para a criação de outros fundos para o desenvolvimento da comunidade em atividades diversificadas. Atualmente permanece a existência dos FRSs nas comunidades e ampliados para outras os quais são impulsionados pelas próprias comunidades com diversas iniciativas como a criação animal, raquete de palma, quintais produtivos, telas de arame, arames farpados, entre outras.

Um registro importante é de que o sucesso das ações da ASA sobre esta temática chamou a atenção de várias pessoas e entidades que atuam no campo social, entre elas a Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, conforme a Cáritas (2012), que desde 1999 destina os recursos captados na Coleta da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para os Fundos Nacional e Diocesanos de Solidariedade. Por sua vez, esta iniciativa tem o propósito de viabilizar projetos comunitários e produtivos.

Os fundos rotativos solidários aparecem como uma estratégia eficiente para a superação das adversidades ambientais e econômicas, particularmente, dos agricultores familiares e que colabora para despertar nas comunidades valores e tradições de reciprocidade.

De acordo com Duque (2004) os fundos rotativos solidários são iniciativas de organização comunitária em que uma das finalidades mais importante é resgatar valores de reciprocidade oriundos das práticas campesinas.

Segundo Mauss (1966), A reciprocidade é um tipo de sistema de relações de trocas baseado na lógica de dádiva. A dádiva compreende três momentos: aqueles do dar, do receber e do retribuir. “Nesse tipo de sistema, os bens circulam de forma horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é a perenização dos laços sociais”. (Duque, 2004).

Estas relações de reciprocidade são ressaltadas como sendo realizadas de forma verticalmente ou horizontalmente. No tipo vertical há a influência de um indivíduo para onde estão centralizadas todas as ações e a articulação da comunidade, por conta deste é que a maioria dos habitantes locais realizam suas tarefas em benefício comum e o atende quando forem são convocados. Diferentemente deste primeiro conceito, a horizontalidade das práticas de reciprocidade se dá quando toda a comunidade atende as demandas dela mesma geradas, a partir de suas necessidades, e todas as atividades acontecem de forma consciente de que a colaboração de cada família fortalecerá e propiciará o desenvolvimento local.

O Fundo Rotativo Solidário estimulado e fortalecido pelas organizações da ASA Paraíba está baseado no resgate e fortalecimento das práticas de reciprocidade horizontais, associando solidariedade, co-responsabilidade e democracia. É neste sentido, que José Waldir Souza destaca: “há quatro grandes expressões deste tipo de práticas de reciprocidade que acontecem no FRS: 1o – Ajuda para o trabalho, ligado à produção; 2o – Ajuda assistenciais e emergenciais em momentos extremos de doenças graves, morte e fome; 3o – Ações coletivas, como mutirões para construções, limpeza de barreiro, conserto de estrada, etc. E 4o – Adjuntos, ações coletivas ou não mais associadas a questões de lúdicas de solidariedade.”.

2.3 Semiárido Brasileiro

Conforme dados oficiais do INSA², o Semiárido brasileiro – SAB, compreende uma área de 969.589,4 km², contendo 1.133 municípios de nove Estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Cerca de 22 milhões de pessoas vivem nesta região tornando-a a maior concentração da população rural do país. Nele a Caatinga predomina a maior parte de sua extensão, sendo este o único bioma exclusivamente brasileiro e muito diverso em sua fauna e flora. Um dos grandes problemas que a atinge é a irregularidade das chuvas em relação ao espaço e tempo, os microclimas apontam

² Instituto Nacional do Semiárido. O INSA é uma unidade de pesquisa integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com enfoque no Semiárido brasileiro. Fonte: <http://www.insa.gov.br>

índices pluviométricos entre 200 e 800mm anuais e o fator evaporação anual chega a três vezes em relação com a chuva, o que exige um grande esforço em tecnologias para captação e estoque de água.

Particularmente no Estado da Paraíba o semiárido ocupa uma área de 86,6%, totalizando 170 dos seus 223 municípios, conforme Portaria nº 89 de 16 de março de 2005 do Ministério da Integração Nacional. Outras 22 cidades paraibanas almejam ser consideradas como estando inseridas no semiárido brasileiro.

Aliado as questões de ordem natural para esta região que causa sua aridez algumas ações humanas predatórias ao longo do tempo são apontadas como fatores que tornaram o semiárido ainda mais difícil de se conviver, tais como a degradação da terra e de seus rios, desmatamentos, uso descontrolado de agrotóxicos são apenas alguns exemplos.

Outra problemática na região semiárida do Brasil está nas desigualdades econômicas e sociais que torna difíceis a sobrevivência das comunidades locais.

Segundo o Ministério da Integração Nacional mais da metade (58%) da população pobre do país vive na região. Estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) demonstram que 67,4% das crianças e adolescentes no Semiárido são afetados pela pobreza. São quase nove milhões de crianças e adolescentes desprovidos dos direitos humanos e sociais mais básicos, e dos elementos indispensáveis ao seu desenvolvimento pleno. (<http://www.asabrazil.org.br/semiariado#indicadore-semiarido>, acessado em 09/01/2016)

Entretanto, a estrutura fundiária é extremamente concentrada: 42% do número total de unidades familiares do país ocupam apenas 4,2% do total da área agrícola (Censo Agropecuário 1995/96). Para completar o quadro, as elites agrárias detêm as maiores cotas de poder, gerando dependência econômica e política das famílias pobres em relação ao acesso à terra, à água e à segurança e soberania alimentar. (Revista Agriculturas, março de 2011, página 09)

A má distribuição de renda aliado a políticas públicas que nem sempre atendem as expectativas das famílias que habitam o SAB são fatores que contribuem bastante para os grandes índices de pobreza e suas desigualdades na região.

As contradições e injustiças que permeiam a região podem ser percebidas inclusive no acesso à renda, que reflete também uma forte desigualdade de gênero. Metade da população no Semiárido, ou mais de dez milhões de pessoas, não possui renda ou tem como única fonte de rendimento os benefícios governamentais. Na sua maioria (59,5%) mulheres. (<http://www.asabrazil.org.br/semiariado#indicadore-semiarido>, acessado em 09/01/2016)

Por muito tempo os governantes construíram uma imagem de que o semiárido brasileiro é uma região inviável e de pessoas incapacitadas tratadas como infelizes em seu destino de nascerem em um local tão difícil de sobreviver, porém, historicamente observa-se que poucas pessoas abastadas concentraram a posse de suas terras, muitas vezes incentivadas pelas iniciativas dos próprios governantes que descreviam esta imagem de tanta dificuldade. Muitas das políticas públicas só atendem a interesses destes grandes proprietários com obras de enorme vulto e para maior parte da população, quem em geral é formada por camadas mais pobres da sociedade, estas políticas só visam uma forma assistencialista e emergencial que só contribuem para a perda da autonomia destas famílias. Ao longo dos anos no Brasil verifica-se que as dificuldades encontradas por estas famílias levaram muitas vezes ao êxodo rural. Neste contexto do SAB destaca-se a resiliência das famílias agricultoras.

Num processo de redescobrimto das potencialidades dos recursos naturais do semiárido brasileiro e de seu povo, movido na maioria das vezes por organizações de cunho social, iniciativas das igrejas, estudos feitos por instituições de ensino, universidades e pela articulação das próprias famílias estão conseguindo desconstruir toda esta concepção errônea de um semiárido inviável, criando novos olhares e perspectivas.

Na realidade, nem o Semiárido é inviável nem seu povo é incapaz. O que ocorre é que durante muito tempo e, em muitos casos, ainda nos dias de hoje, as únicas políticas oficiais destinadas à região foram àquelas denominadas de “combate à seca”. (Convivência com o Semiárido Brasileiro, Autonomia e Protagonismo Social)

Para Amilcar Baiardi, *et al*, (2006), a união das famílias em prol de um bem-estar comum desde que elas sejam detentoras de um conhecimento contextualizado a realidade de onde vivem será fundamental para garantir a continuidade destas gerações para viverem no semiárido.

Em qualquer condição, menos integrado aos mercados e não visando o lucro, ou mais integrado aos mercados e visando obter excedentes crescentes, o produtor familiar do Semi-Árido terá que ser permeável a uma práxis que valorize a ação coletiva voltada para viabilizar o uso de recursos naturais escassos com vistas a tornar possível conduzir o cultivo da terra e a criação de animais com o objetivo de obter resultados econômicos no presente e garantir a continuidade do desfrute às gerações futuras. (Baiardi, *et al*, 2006)

2.4 Agricultura Familiar

Em modos gerais, é considerado agricultura familiar a propriedade rural cuja administração de seus recursos é realizada pelos membros da família detentora daquele espaço. Para Abramovay (2015) a “agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento”. Esta definição desvincula o entendimento de que a produção de base familiar seja necessariamente considerada pequena ou de subsistência, podendo ela fazer uso inclusive de meios de produção modernizados. O que diferencia da visão de Alexander Chayanov (1974) sobre campesinato, onde as relações de trabalho e de sobrevivência estão puramente ligadas as necessidades das famílias, num comércio baseado em trocas e não no acúmulo de capital e até mesmo da lógica assalariada. Sendo a forma de organização como o limite para o campesinato contrapondo outros teóricos como Marx que atribuem como limite para o modo de agricultura camponesa como o mercantilismo da produção. Ou seja, Chayanov introduz que o camponês trabalha até onde for a necessidade da sua unidade familiar, sem importar-se com produção em massa e no caso do excedente busca a troca com outras famílias, baseada numa lógica de produção e consumo. Na lógica de Marx na agricultura camponesa pode haver a produção para o mercado onde o excedente é vendido para a compra de outros produtos. Analisando estes fatores e tendo em consideração o posicionamento de Chayanov, verificamos a existência da agricultura familiar camponesa e da agricultura familiar para o mercado. Contudo, tanto na visão de Marx quanto na visão de Chayanov, fica claro a proposta de que não há condições de se ter uma agricultura camponesa em meio ao capitalismo moderno, embora que haja a existência da agricultura do tipo familiar.

Com a contribuição dos estudos clássicos sobre campesinato e agricultura moderna, surge a preocupação de tipificar a agricultura familiar. De acordo com Choncol e Abramovay, *apud* Baiardi e Januzia (2006); identifica-se que o campesinato na América Latina passa por uma transição da agricultura tradicional com a moderna. O camponês – peasant, e o agricultor familiar - farmer.

Destarte, peasant é o produtor familiar com um modo de vida tradicional, integrado intimamente com a agricultura, mas que não realiza investimento visando obter lucro. Por sua vez o farmer, exerce a agricultura como um comércio e vê a terra não um modo de vida, mas sim como capital e como mercadoria. (Baiardi, 2006)

No Brasil buscou-se afirmar uma identidade própria de como funciona esta dinâmica das relações rurais em suas questões sociais e econômicas. Havendo um empenho em classificar a agricultura familiar brasileira. Para Baiardi (2006), no Brasil existem 5 tipos de agricultura familiar, as quais são consideradas em níveis diferentes de colaboração para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, classificados de

Tipo A – Inclui a classe de agricultores familiares “farmerizados”, suas principais características são o elevado grau técnico, forte inserção no mercado, situam-se em sua maioria no cerrado, possuem em média propriedade de mais de 100 hectares, utilizam a mecanização e insumos modernos, são preocupados com o uso de fertilizantes químicos fazendo-os sensíveis ao uso da adubação verde e a recuperação de matas ciliares, “o que é um indício de uma propensão à cooperar em projetos locais de desenvolvimento sustentável” (Baiardi, 2006).

Tipo B – Integrada verticalmente com relações originárias em áreas de colonizações europeias, voltadas para a implantação de agroindústrias, sendo considerados como um trabalho camponês formalmente subordinado ao capital, com capacidade voltada para as inovações tecnológicas, suas atividades acontecem em áreas em torno de 50 hectares, seu nível de cooperação para projetos de desenvolvimento rural sustentável é dependente do projeto agroindustrial, incorporam-se aí agricultores familiares que são sócios ou proprietários agroindustriais.

Tipo C – Oriundos do Planalto Gaúcho, no Paraná e em Santa Catarina, são imigrantes com valores típicos coloniais, tem áreas geralmente inferiores a 50 hectares com predominância de cultivos de horticultura, floricultura e fruticultura em pequenas escalas comerciais. Por suas características de manejos ecológicos da terra têm uma elevada propensão a projetos de desenvolvimento rural sustentável.

Este tipo não foi integrado à agroindústria porque produz para nichos de mercado produtos in natura ou transformados em plantas de processamento em escala familiar, artesanal ou semi-industrial, com grande aceitação porque são definidos como ecologicamente corretos ou porque correspondem a gostos moldados por valores culturais. (Baiardi, 2006)

Tipo D – Classifica-se por agricultores semi mercantis, trabalham em área inferior a 50 hectares, suas origens são encontradas nas sociedades livres nativas

que foram marginalizadas e alguns descendentes de escravos que buscaram ser produtores rurais, predominantes do interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tipo E – Tem origens iguais a da classe anterior, porém são os mais excluídos dos agricultores familiares, dependentes de ações governamentais, estão alocados em áreas de grandes dificuldades estruturais e de recursos naturais.

Para Ploeg (2014), a dificuldade de se entender a agricultura familiar se dá pela identificação do modo de produção agrícola com a lógica industrial que domina as relações atuais, porém, não é bastante ter o conceito da agricultura familiar baseado no tipo de posse da terra e da mão-de-obra, deve ser levado em conta primeiramente a forma com que os membros da família vivem e trabalham a terra.

A questão mais importante a ser assinalada é que a realidade da agricultura familiar é muito mais rica do que os dois aspectos individuais que são mais comumente utilizados para descrevê-la: que a família é proprietária da terra e que o trabalho é realizado pelos seus membros. (Ploeg, 2014)

Entre todos os debates em torno do conceito de agricultura familiar o Governo Federal através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, objetivando a criação de políticas públicas específicas, publica em 2006 a Lei 11.326, conhecida como Lei da Agricultura Familiar. Ela estabelece no artigo 3º e seus incisos critérios para definição de um agricultor ou empreendimento rural familiar, são eles:

- I - Não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo e que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

2.5 Transição Agroecológica

Historicamente a agricultura passou por vários processos de transição no que tange as formas de produção e, fazendo um apanhado histórico, sabe-se que a agricultura tem origem nas épocas pré-históricas, no neolítico a cerca de dez mil anos,

onde o ser humano descobre que pode cultivar as sementes, plantar e que delas nasceriam as plantas que lhes dariam alimentação, de maneira lenta começam a dominar o uso da terra formando as primeiras civilizações. Muitos séculos depois, movidos pelas novas descobertas como o uso do metal substituindo as ferramentas feitas de madeiras, pedras e ossos, dá início a domesticação de animais. Por quase oito mil anos o homem tem mantido uma relação de respeito e de parceria com o meio ambiente. Mas a partir dos séculos XVIII e XIX com as mudanças drásticas no comportamento econômico social os modos de cultivo da terra foram afetados por transformações radicais em relação aos meios de produção e a sua finalidade econômica. A relação da agricultura com a natureza começa a passar por um processo de separação de sua interação natural com perspectivas de atender a uma lógica mercantilista onde a busca pela eficiência na produção como sinônimo para a razão de viver. Logo aparecem tecnologias em equipamentos que substituem as ferramentas tradicionais e com o surgimento de máquinas modernas para semeadura e colheita faz com que menos tempo seja gasto e, conseqüentemente, a maximização da produção, da oferta de produtos e dos lucros.

A vida camponesa já não seria a mesma, pois no lugar do relacionamento em que as necessidades da família são os parâmetros para quantidades e tipos de produtos a serem agricultados e os insumos são adquiridos em sua boa parte nas suas próprias terras, o agricultor tem que atender as demandas externas e para atingir a essa nova exigência os insumos cada vez mais são escassos na propriedade, tendo que comprá-los no mercado. E quanto mais vão evoluindo as tecnologias para o campo impulsionados pela industrialização, mais dependentes vão ficando as famílias que tem seus sustentos providos dos seus trabalhos rurais. Nota-se que é há uma quebra na relação do homem com a natureza que perdurou por um longo tempo, desde épocas mais remotas, até a modernização das sociedades.

Estes fenômenos chamaram a atenção de vários filósofos e estudiosos de várias ciências para compreender estas mudanças na sociedade e no meio agrícola crescendo a preocupação por meios mais sustentáveis com o meio ambiente. Na lógica capitalista, contraposta principalmente por pesquisadores da linha de pensamento marxista, os avanços são importantes e necessários para responder ao consumo crescente da população. São inúmeros os incentivos para o desenvolvimento de novas práticas, equipamentos que permitam o melhoramento dos

cultivos. Grandes porções de terra e suas diversidades de biomas são devastados para dar lugar a monoculturas, condicionando muitos proprietários de pequenas glebas a serem empregados dos grandes fazendeiros, já que não conseguem satisfazer as necessidades da família.

Nos anos de 1950 surge uma estratégia de grandes empresas voltadas para o setor agrícola e industrial a qual ficou conhecido como Revolução Verde, implantado originalmente como Programa pelo governo mexicano preocupado com as problemáticas de sua agricultura e busca apoio da Fundação Rockefeller, dos EUA, para fazer estudos e propor soluções. A partir daí variedades de grãos com alto teor de produtividade foram surgindo, a experiência conquistou outros países por se mostrar como uma resposta imediata de erradicação da fome no mundo agregado ao fator econômico. Todavia, o que pareceu uma solução para o temor de que a produção agrícola não acompanhasse o crescimento populacional mundial previsto a médio prazo e que culminaria com o fortalecimento das regiões mais pobres acabou se mostrando não sustentável em termos ambientais, já que em seus pacotes tecnológicos motivam para o uso exacerbado de insumos químicos que com o tempo degradam o solo e chegam a poluir os recursos hídricos ao seu redor. Por fatores econômicos também se demonstrou num processo injusto, se por um lado era rentável para as empresas e produtores rurais donos de grandes propriedades de terra, por outro o acesso a suas técnicas foram se tornando insustentáveis para as camadas menos abastadas de agricultores. Como por exemplo, nas nações mais pobres que aderiram ao modelo preconizado pela Revolução Verde, identificadas como países em desenvolvimento, foram diagnosticados vários conflitos sociais, como, a maioria dos pequenos produtores tiveram dificuldades em se adaptar às inovações e não conseguiam acompanhar e obter os mesmos índices de eficiência na produtividade e, portanto, de se manterem na atividade, o que provocou um enorme fluxo para as grandes cidades, o êxodo rural. O incentivo ao uso de insumos caros, adubos e defensivos químicos e o agrotóxico são motivos de muitas críticas e reforçam a contradição entre a evolução e modernização pretendidas com a agressão ao meio ambiente. Para os ecologistas o modelo tecnológico da Revolução Verde proporciona a sua própria insustentabilidade.

Se for certo que a Revolução Verde contribuiu para aumentar a produção e produtividade de alguns cultivos e criações em algumas regiões do planeta, também é certo que onde ela foi levada ao seu extremo, foi responsável por danos ambientais e níveis de exclusão social de desproporcional grandeza. Em geral, o modelo “científico” da Revolução Verde continua sendo causador de destruição da biodiversidade (ainda que tentemos ter leis de proteção) continua estreitando a base genética da qual depende nossa alimentação, continua enfatizando os monocultivos e a produção de commodities, em detrimento da diversificação de cultivos e da produção de alimentos básicos adequados aos diferentes hábitos alimentares e dietas das distintas populações. (Caporal, *et al.* 2011)

Outro momento de transição na agricultura é quando ganha força os apelos para uma produção ecologicamente correta, nos idos de 1970, os profissionais das ciências ecológicas tentam se aproximar da ciência agrônoma. Alertando e em muitos casos denunciando os exageros cometidos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Refutando a lógica capitalista, já hegemônica em todo o mundo com seu modelo de produção modernizado, trazendo à tona que a lógica camponesa pode ser a solução e o meio mais viável de se conseguir o desenvolvimento rural sustentável. Entra em voga várias formas consideradas alternativas para a agricultura, entre elas: a agricultura orgânica, a permacultura, entre outros.

Surge então o conceito de agroecologia que vem a ser um dos principais prismas científicos da atualidade. Para Caporal (2011), “Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época”. De acordo com Costabeber:

A Agroecologia vem se constituindo na ciência basilar de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que tem sido construído ao longo das últimas décadas. Isto ocorre, entre outras razões, porque a Agroecologia se apresenta como uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas, como veremos mais adiante, de maneira que passou a ser o principal enfoque científico da nossa época, quando o objetivo é a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura insustentáveis para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis. (Costabeber, *Et al.*, 2011)

O autor continua enfatizando que a ciência da agroecologia se apoia no conhecimento dos agricultores, em suas experiências na lida do dia a dia, na cultura dos povos indígenas e comunidades tradicionais que sempre souberam se adaptar às adversidades de uma forma a absorver as potencialidades locais. E é sobre este aspecto do potencial local, um olhar endógeno, que se baseia a transição agroecológica.

No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade. (Costabeber, *Et al.* 2011)

A transição do modo de agricultura moderna como foi imposta para uma agricultura de base agroecológica torna-se num grande desafio. Não se trata de buscar uma maneira alternativa que substitua o modelo de inovação tecnológica da revolução verde e muito menos de criar um conjunto de regras para uma nova filosofia de vida da sociedade. Perpassa por uma análise minuciosa da realidade do agroecossistema, considerando seus modos de vida, culturas, saberes, questões de ordem social, o manejo adequado dos recursos naturais, ou seja, observa-se todo o dinamismo local.

Esta ciência é chamada de Agroecologia e se comporta como uma ponte de ligação de um mundo estagnado por tecnologias e desejos humanos que agredem o meio ambiente e a sociedade, para um mundo que verdadeiramente se preocupe com a sustentabilidade atual de olho em um futuro que pode ocorrer pelo bom e correto uso dos recursos naturais. (Pimavesi, 2002. *Apud* Costabeber, 2011)

Transição agroecológica significa, portanto, a busca de estratégias que visam o desenvolvimento sustentável que passa pela mudança do pensamento produtivista para o do bem viver, da conservação ambiental, da segurança alimentar e da superação da pobreza.

2.5.1 Transição para a Agroecologia e a Convivência com o Semiárido

Especificamente no semiárido brasileiro os processos de transição agroecológica são mais desafiantes dado o alto grau de conflitos sociais, o descaso e as políticas públicas que historicamente nunca atenderam as necessidades das famílias mais pobres tornando-as dependentes dos senhores donos das grandes propriedades, a superexploração dos seus recursos naturais, devastação da biodiversidade e suas características climáticas. Tudo isso gerou uma combinação de fatores que por muito tempo fez com que o semiárido fosse visto como uma região problema.

Os esforços empregados nos processos de transição para a agroecologia no semiárido vem quebrando o paradigma de que no semiárido as ações deveriam ser voltadas para o combate e enfrentamento a seca, emergindo o conceito de convivência com o semiárido.

A Convivência com o Semi-Árido, como conceito, integra não apenas o manejo sustentável dos recursos naturais da região, mas aponta, também, para formas próprias de gestão desses recursos, através da organização participativa e solidária das comunidades e de uma distribuição mais equitativa do acesso à terra, à água e meios de produção. (SCHMITT, 2009).

A organização das famílias é um ponto fundamental para o fortalecimento e consolidação dos avanços conquistados na agricultura familiar. Não ficando só no campo acadêmico-técnico-científico, mas abrangendo progressos também no campo governamental com projetos de políticas públicas para a convivência com o semiárido.

É nesta conjuntura de organização que na década de 1990 nasce a rede de Articulação do Semiárido Brasileiro, a ASA, que conta com os 10 Estados que abrange o semiárido. No site da organização eles apontam que “a principal causa do sucesso das ações da ASA consiste na gestão descentralizada dos recursos disponíveis a partir das necessidades locais” (fonte: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia> acessado em 09/jan/2016).

Na oportunidade da realização da 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorreu na cidade do Recife-PE em 1999, as organizações lançaram a Declaração do Semiárido Brasileiro que apontou algumas aprendizagens resultaram das experiências vivenciadas nesta região e que comprovam na prática a viabilidade e potenciais. As quais foram enumeradas:

- 1 - Que a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;
 - 2 - Que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;
 - 3 - Que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;
 - 4 - Enfim, que o semi-árido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.
- (Declaração do Semiárido Brasileiro, 1999)

A sistematização destas experiências somadas as práticas conhecidas dos povos que habitaram a região, por exemplo dos indígenas, a valorização das sabedorias milenares e as práticas solidárias contribuem para o estabelecimento de técnicas e metodologias reaplicáveis desenvolvidas na interação com as comunidades. Proporcionando a aplicação das tecnologias sociais, geralmente produto destas interações, e que se empenham em apresentar soluções efetivas para problemas relacionados a alimentação humana e animal, recursos hídricos, educação, habitação, renda, entre outros, provocando significativas transformações sociais com propostas inovadoras de desenvolvimento rural sustentável.

A realidade do semiárido brasileiro só reforça a ideia de que a transição agroecológica acontece de diferentes maneiras, impactado principalmente pela diversidade das comunidades, considerando que as dinâmicas coletivas em cada localidade têm suas peculiaridades. Inexistindo, portanto, um modelo a ser exposto como padrão para o processo de mudança de um sistema convencional para um sistema autossustentável com vistas para a agroecologia.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa trata de estudo de caso para analisar o funcionamento da gestão de fundos rotativos solidários nas comunidades Comunidade Caiçarinha no Assentamento Belo Monte, no Município de Pedra Lavrada e na Comunidade Coalhada-Capoeiras, no Município de Cubatí, ambos no Estado da Paraíba. Sendo usada a metodologia Investigação-Ação-Participativa (IAP), cujas atividades para obtenção e análise dos dados para a pesquisa se deu na interação com a comunidade em diversos momentos os quais descreveremos.

3.1 Tipo de Pesquisa

Para a elaboração de uma monografia de estudo de caso, conforme Yin (2001), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. O autor ainda apresenta três definições técnicas para o estudo de caso:

A investigação de estudo de caso:

- enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado.
- baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado,
- beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

(Yin, 2001)

Por intermédio deste método científico empírico, portanto, analisamos criteriosamente as informações que foram acumuladas durante as investigações e para validá-lo tomaremos parte das fontes de evidências descrevidas por Yin (2001):

- a) Documentações.
- b) Registros em arquivos.
- c) Entrevistas.
- d) Observação direta.
- e) Observação participante.
- f) Artefatos físicos.

As fontes de evidências discutidas aqui são a documentação, os registros em arquivos, as entrevistas, a observação direta, a observação participante e os artefatos físicos. Você deve estar ciente, entretanto, que uma lista completa

de fontes possíveis pode ser bastante extensa - incluindo filmes, fotografias e videoteipes; técnicas projetivas e testes psicológicos; proxêmica; cinésica; etnografia de "rua"; e histórias de vida (Marshall & Rossman, 1989. *Apud* Yin, 2001).

Podemos compreender melhor a eficácia da utilização desta metodologia ao analisar o quadro que apontam os pontos fortes e fracos destas evidências:

SEIS FONTES DE EVIDÊNCIAS: PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS.		
FONTE DE EVIDÊNCIAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Documentação	<ul style="list-style-type: none"> •Estável – pode ser revisada inúmeras vezes •Discreta – não foi criada como resultado do estudo de caso •Exata – contém nomes, referências e detalhes exatos de um evento •Ampla cobertura – longo espaço de tempo, muitos eventos e muitos ambientes distintos 	<ul style="list-style-type: none"> •capacidade de recuperação pode ser baixa •seletividade tendenciosa, se a coleta não estiver completa •relato de visões tendenciosas - reflete as ideias preconcebidas (desconhecidas) do autor •acesso - pode ser deliberadamente negado
Registros em Arquivos	<ul style="list-style-type: none"> •[Os mesmos mencionados para documentação] •Precisos e quantitativos 	<ul style="list-style-type: none"> •[Os mesmos mencionados para documentação] •Acessibilidade aos locais graças a razões particulares
Entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> •Direcionadas- enfocam diretamente o tópico do estudo de caso •Perceptivas - fornecem inferências causais percebidas 	<ul style="list-style-type: none"> •visão tendenciosa devido a questões mal elaboradas • respostas tendenciosas •.ocorrem imprecisões devido à memória fraca do entrevistado •Reflexibilidade - o entrevistado dá ao entrevistador o que ele quer ouvir
Observações diretas	<ul style="list-style-type: none"> • Realidade- tratam de acontecimentos em tempo real •Contextuais - tratam do contexto do evento 	<ul style="list-style-type: none"> • Consomem muito tempo •Seletividade - salvo ampla cobertura • Reflexibilidade - o acontecimento pode ocorrer de forma diferenciada porque está sendo observado • Custo - horas necessárias pelos observadores humanos
Observação participante	<ul style="list-style-type: none"> •[Os mesmos mencionados para observação direta] • Perceptiva em relação a comportamentos e razões interpessoais 	<ul style="list-style-type: none"> • [Os mesmos mencionados para observação direta] • Visão tendenciosa devido à manipulação dos eventos por parte do pesquisador
Artefatos físicos	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de percepção em relação a aspectos culturais • Capacidade de percepção em relação a operações técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Seletividade • Disponibilidade

Tabela 01 – Adaptado de “Seis fontes de evidências: pontos fortes e pontos fracos” de Yin (2001)

3.2 IAP – Investigação-Ação-Participativa

Consideramos a metodologia Investigação Ação Participativa (IAP), para o desenvolvimento do estudo.. Desenvolvida pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, (*Apud* Beatriz Stamato, 2012), a IAP considera 3 etapas que dão nome a este método de estudo qualitativo. Baseia-se na participação com a comunidade estudada preocupando-se com uma constante avaliação autocrítica, observando a opinião de terceiros, discussões em grupos de estudos e com pessoas da localidade a ser analisada, sistematização e retorno dos resultados das discussões e saberes com a própria comunidade. Todos estes procedimentos buscam garantir a sua credibilidade enquanto pesquisa. A IAP propõe um elevado teor educativo.

Orientado pela Investigação Ação Participativa seguimos os passos propostos:

Investigação: O contato com as comunidades estudadas é voltado para a produção de material que descreva o histórico local a partir das percepções das famílias, construindo um recorte etnográfico. Conhecendo e destacando os pontos fracos e positivos que auxiliem na elaboração e melhor conhecimento sobre a realidade que envolve o objeto de estudo. Trabalhando ferramentas como a linha do tempo e conversas coletivas e individualizadas com os moradores participantes da dinâmica da comunidade.

Ação: Com o material produzido na etapa de investigação todas as informações coletadas são estudadas de modo a compreender a realidade vivenciada pela comunidade em torno do objeto de estudo. Sempre com ações desenvolvidas com a própria comunidade.

Participativa: Destacando as práticas comunicativas desenvolvidas com a comunidade, aqui a metodologia representa igualdade entre o pesquisador e a comunidade pesquisada, estabelecida por uma troca de saberes e experiências. Envolvendo a comunidade nas diversas etapas da pesquisa, envolvendo as discussões sobre o material etnográfico, a participação em oficinas, reuniões, fortalecendo a interação dos sujeitos da pesquisa.

Em todas as atividades e, principalmente, nas que consistem em transcrição de falas gravadas em áudio, produção de imagens fotográficas e a própria divulgação dos resultados são constantemente dialogadas, esclarecidos e solicitados consentimento prévio para uso dos mesmos no produto final da pesquisa.

3.3 Escolha das Comunidades

Existem uma diversidade de experiências de Fundo Rotativo Solidário na área de atuação do COLETIVO e PATAC, desenvolvidos por comunidades de agricultura familiar e de áreas de assentamentos de reforma agrária. São cerca de oitenta FRSs que variam segundo o tipo (temático e diversificado), a área de atuação (comunitário e regional) e a forma de gestão (associado ou não a associação). Para estudar a gestão do FRS, considerou-se como critérios para selecionar as comunidades: 1) tipo de FRS e; 2)

Foram escolhidas a comunidade Caiçarinha, que é uma área de assentamento rural de reforma agrária e tem FRS do tipo temático e as comunidades Coalhada-, que são comunidades de agricultura familiar e tem FRS do tipo Comunitário.

3.4. Atividades Realizadas

Primeiramente foram realizadas reuniões com as organizações PATAC e COLETIVO no intuito de compreender o contexto atual e as demandas em relação a temática dos fundos rotativos solidários, construindo os elementos principais orientadores para a realização da pesquisa.

Desde outubro de 2015 foram promovidas reuniões para conhecimento da dinâmica dos fundos rotativos solidários com as lideranças comunitárias a fim de conhecer a evolução dos FRSs através da elaboração das linhas do tempo, nos meses de janeiro e fevereiro foram intensificadas as visitas. Na Comunidade Caiçarinha houve o acompanhamento do Técnico em Agropecuária do PATAC, Valterlândio Cardoso, e em Coalhada-Capoeiras tivemos a colaboração do Coordenador do Programa de Cidadania, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável do PATAC, José Waldir Sousa. Nesta atividade, onde iniciamos com a formação da linha do tempo, os participantes foram informando as principais ocorrências relacionadas ao FRS através da memória sobre os acontecimentos e auxiliados pelos registros usados na comunidade, além do uso dos boletins que sistematizaram as experiências vivenciadas.

Também recorreremos a entrevistas semiestruturadas (Ver Apêndice A) individualizadas seguindo um roteiro previamente estabelecido, que permitiram esta pesquisa captar como as famílias compreendem a dinâmica desta prática solidária e de como se dá sua gestão. Foram escolhidos em cada comunidade 1 pessoa que faz parte da coordenação do fundo, 2 pessoas que acessaram o FRS e participam de alguma comissão organizadora e mais 2 pessoas que apenas acessam os recursos mas que não se envolvem diretamente na gestão. Além disso, para assimilar o olhar das organizações apoiadoras dos FRS nestas comunidades estudadas, no caso o COLETIVO e o PATAC, foram entrevistados 1 membro de cada uma. Já que são estas organizações que assessoram os trabalhos da agricultura familiar e articulação das famílias para a convivência com o semiárido e incentivando-as para a transição agroecológica. E, por fim, após toda a sistematização das informações colhidas, ainda houveram momentos de socialização e reflexão dos resultados com o PATAC. Pretende-se em momento posterior compartilhar a pesquisa com a Coordenação do COLETIVO e com as comunidades estudadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contextualização das Realidades Estudadas

Propomos aqui fazer um breve relato sobre as realidades envolvidas neste estudo, das organizações às comunidades. Conheçamos um pouco do funcionamento do Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar – COLETIVO, da Comunidade Caiçarinha e da Comunidade Coalhada-Capoeiras.

4.1.1 COLETIVO

O Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar - COLETIVO, é um ator social regional que articula uma rede de agricultores de base familiar e cerca de 300 organizações formais e informais, tais como grupos, associações e sindicatos em torno de um projeto de desenvolvimento rural sustentável baseado na convivência com o semiárido e na agroecologia. Sua área de atuação atual abrange 11 Municípios das microrregiões paraibanas do Cariri, Seridó e Curimataú; numa localização onde as condições naturais e sociais são desafiantes para o processo de desenvolvimento rural sustentável.

O desenvolvimento sustentável deste território constitui um grande desafio devido às suas características naturais e sociais. Além de contar com prolongados períodos de seca, irregularidades de chuvas (com média de 450 mm de chuva ao ano), solos rasos, pedregosos e salinos, a região é historicamente marcada pela alta concentração da terra, da água, da renda e das riquezas. (CETRA, 2014)

O COLETIVO se identifica com os movimentos de luta e resistência dos camponeses da região contra o modelo latifundiário que tem nos agricultores familiares seu motor propulsor de geração de riquezas num relacionamento caracterizado por exploração da mão-de-obra e de subserviência das famílias. Além da ocupação das terras com maiores vantagens em seus recursos naturais o latifúndio foi muito incentivado por iniciativas do poder público com créditos e outras formas de benfeitorias. Mesmo neste cenário os agricultores de base familiar continuaram resistentes e resilientes, produzindo uma diversidade de culturas.

É nos anos de 1980 através da articulação das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, alguns sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, e de ONGs. Com o apoio da Igreja Católica, em sua parte considerada progressista, do município de Soledade, e do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades – PATAC, e da ONG PRACASA que surge o COLETIVO, a princípio fortalecendo as organizações de grupos voltados para a evangelização, os bancos de sementes comunitários, os trabalhos de mutirões diversos. Essas atividades tinham o objetivo de melhorar a vida dos agricultores da região e com o sucesso e expansão para outras localidades viu-se a necessidade do fortalecimento dos grupos, então em 1998 surge a criação do Coletivo Municipal de Educação Solidária de Soledade e Entorno. A missão deste coletivo foi a de gerir os recursos dos fundos rotativos solidários. Como o principal problema para a convivência com o semiárido gira em torno das questões sobre água, muitas destas ações tinham como objetivo a implementação de tecnologias sociais para captação e armazenamento das águas das chuvas, além de estruturar os bancos de sementes comunitários.

Em sua estratégia para o planejamento e execução das atividades o COLETIVO reflete em sua dinâmica temas mobilizadores que hoje funcionam em três comissões: Comissão de Água, Comissão de Criação Animal e a Comissão de Sementes, Plantas e Frutas. Conta ainda com a mobilização dos Grupos de Trabalho (GT) sobre o Acesso ao Mercado, sobre Juventude e sobre Fundo Rotativo Solidário. As comissões, assim como os GTs, de reúnem bimestralmente onde seus membros fazem as reflexões em cima do tema, são debatidas e socializadas as experiências.

Também se inclui na estratégia do COLETIVO as Comissões Municipais formadas pelas comunidades, associações, sindicatos e organizações de um município, que também se reúnem bimestralmente de modo a se intercalar com as reuniões das comissões temáticas e os GTs. Estas, por sua vez, dão suporte nas reuniões aos assuntos abordados nas comissões temáticas e GTs, servindo como uma preparação e de onde surgem as demandas de cada município para que nos espaços de conversação maiores tendem a resumir em objetos de observação em comum.

O COLETIVO integra e desenvolve atividades em parceria com a Articulação do Semiárido Paraibano - ASA Paraíba, com a Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA Brasil, e com a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. Este processo se

mostra de grande importância também nas discussões relativas ao desenvolvimento rural sustentável para a região do semiárido brasileiro, que despontam nas iniciativas que visam a proposição de políticas públicas para a agricultura familiar e sua convivência com o semiárido, engajados com a transição agroecológica.

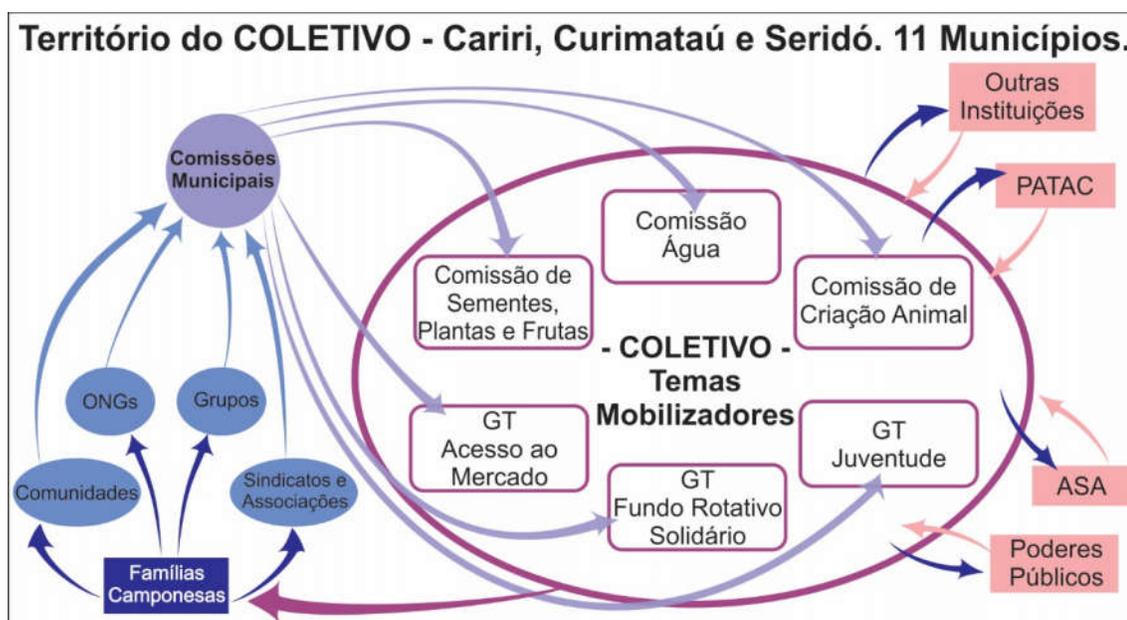


Figura 01. Fluxograma da Dinâmica do COLETIVO

Na atuação do COLETIVO, no que se refere aos fundos rotativos solidários, eles têm a missão de viabilizar intercâmbios entre as comunidades, capacitar para a gestão e utilização dos recursos, acompanhar e monitorar as atividades. Os fundos rotativos solidários fazem parte da construção do projeto de desenvolvimento rural sustentável e do processo de transição para a agroecologia e são implementados nas comunidades que se interessam pelo sistema, ficando a cargo delas mesmas fazerem a gestão, atualmente são em torno de 80 FRSs ativos. Também existe o Fundo Rotativo Solidário Regional, este atende as famílias e comunidades em ações consideradas de maior vulto financeiro, geralmente para receber e administrar patrocínios das parcerias com outras instituições.

No processo de sensibilização para implementação de um fundo rotativo solidário o COLETIVO faz uso do material exposto na cartilha “Cordel do Fundo Solidário: Gerando Riquezas e Saberes – Noções de Boas Práticas sobre Organização e Gestão” (COLETIVO, org. 2012). Organizado pelo COLETIVO, AS-PTA, Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema e PATAC. Esta cartilha traz instruções de como gerir um FRS, com conceitos importantes relacionados e contextualizando com a sistematização de experiências existentes na região.

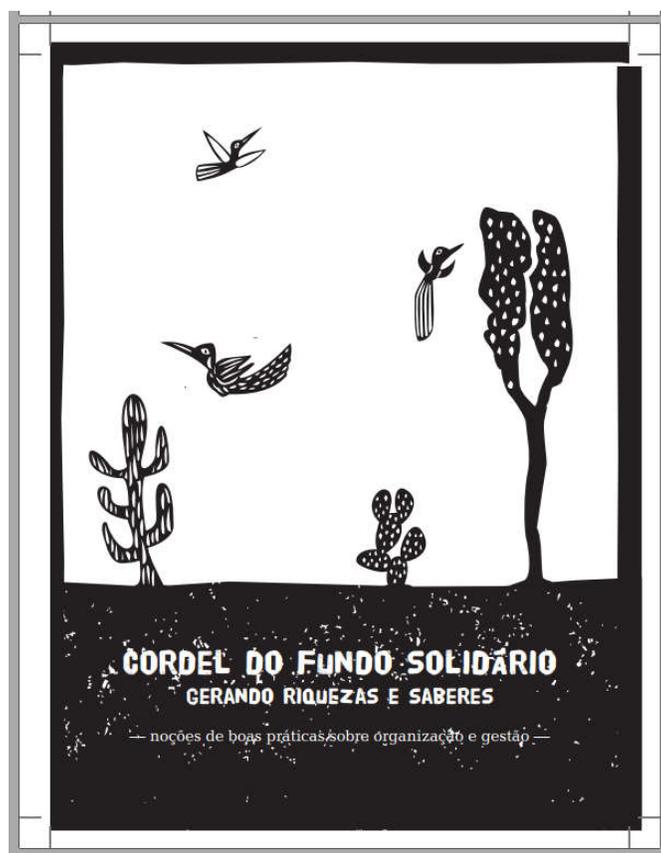


Figura 02. Capa da Cartilha – Cordel do Fundo Solidário.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

O QUE É FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO (FRS) 11

COMO IMPLEMENTAR O FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO 15

Formalização dos Fundos Rotativos Solidários 18

Realização de assembleia de criação do FRS 18

Ata e assinatura de livre adesão das famílias 19

Construir o regimento interno de funcionamento 21

Construir um sistema de contribuição 31

Eleger uma comissão de gestão 32

Comunicar a constituição dos FRS às organizações
parceiras/financiadoras 33

Aspectos operacionais 34

Lavrar a Ata 34

Termo de adesão de novos membros 35

Contabilidade mensal e anual 43

Planejamento das ações 45

Partilha do conhecimento 46

ANEXO 41

Exemplo de um regimento interno



Figura 03. Sumário da Cartilha - Cordel do Fundo Solidário.

Como se vê no sumário da cartilha (Figura 03), além de mostrar a importância dos FRS para o desenvolvimento local, possui informações sobre quais são as ferramentas de gestão básicas, instruções e exemplos de como utilizá-las. Traz também orientações para a rotina, tais como a realização de assembleias, constituição de comissões gestoras, constituição de regimentos ou normas.

Os exemplos demonstrados na cartilha em boa parte estão ilustrados com fotos de documentos de registros e simulações do uso de livro caixa e atas. Modelos para termos de adesão e carnês de controle dos recursos.

Vejamos as ilustrações a seguir:

Carnê de Contribuição
Fundo Rotativo Solidário

Comunidade de: _____
Nome do(a) agricultor(a): _____

Valor a Contribuir: _____
Tipo de contribuição: _____
Valor correspondente: _____

Data: ____/____/____
Assinatura: _____

Carnê de Contribuição
Fundo Rotativo Solidário

Comunidade de: _____
Nome do(a) agricultor(a): _____

Valor a Contribuir: _____
Tipo de contribuição: _____
Valor correspondente: _____

Data: ____/____/____
Assinatura: _____

Exemplo de um carnê de contribuição

Os FRS do município de Arara adotam também um Termo de Compromisso. A cada benefício adquirido, a família recebe um termo com o nome, CPF, valor total de contribuição ao fundo, total de parcelas, datas para contribuições e de quando o termo foi combinado. Assim fica claro para a família, para a comissão e para a comunidade como serão feitas as contribuições para garantir a continuidade do fundo solidário.

Também varia bastante o tratamento que se dá ao dinheiro recolhido: algumas comunidades abriram uma conta no banco; outras preferem não ficar com o valor em dinheiro e logo transformam em materiais (lona, cimento, arame, etc.).

A comunidade de Santana, em Olivedos, deu uma solução diferente. Quando as famílias notaram que o

— 33 —

Figura 06. Cartilha - Cordel do Fundo Solidário: Modelo de Carnê de Controle para um FRS.

BALANÇO MENSAL DO CAIXA

Data	Discriminação	Entrada	Saída	Saldo
	Saldo anterior	5.500,00		
	Devolução de feia	500,00		
	Devolução reforma de casa	1.000,00		
	Compra de arame		- 1.500,00	
	Compra de lona		- 500,00	
Total		7.000,00	- 2.000,00	5.000,00*

* o saldo é o total de entrada menos o total de saída.

Essas operações são muito fáceis de fazer, bastando para isso ter em mãos todas as informações do que entrou e saiu do caixa. Para registrar as entradas, basta somar ao saldo do mês anterior todos os canhotos ou recibos de contribuição. Para registrar as saídas, basta diminuir do valor dessa soma, os valores das notas fiscais e dos recibos dos materiais comprados ou serviços pagos. Assim, teremos o saldo mês atual.

Os recibos são comprovantes de pagamento ou recebimento. Se forem de recebimento (de entrada), o que fica para a contabilidade é a cópia, pois o original fica com o beneficiário que contribuiu com o fundo. Se for um recibo de pagamento (de saída do caixa), deverá ser arquivado o recibo original. Já as notas e cupons fiscais são os comprovantes legais de tudo o que foi comprado pela gestão do fundo rotativo solidário. Todas as notas, cupons fiscais e recibos devem ser guardados em pastas próprias.

— 35 —



Figura 07. Cartilha - Cordel do Fundo Solidário: Exemplo de Preenchimento de Livro Caixa.

4.1.2 Comunidade Caiçarina, Assentamento Belo Monte.

O assentamento Belo Monte iniciou com 52 famílias que lutavam pela conquista da terra desde 1990, oriundas da cidade de Campina Grande e estavam acampadas na Fazenda Boa Esperança, município de Boa Vista, e foram estabelecidas na Fazenda Belo Monte em 17 de julho de 1996. O assentamento ocupa espaço nos municípios de Cubatí e Pedra Lavrada no Estado da Paraíba, região do Curimataú. Cada família teve direito a lotes de terra que variam entre 26 e 30 hectares. Atualmente o Assentamento é dividido em duas comunidades, uma em cada Município. A Comunidade de Caiçarina está situada em Pedra Lavrada e estão inseridos na dinâmica do Território Rural do Seridó.

Para fins de obter um histórico da vida da Comunidade Caiçarina, propusemos uma reunião com as lideranças e alguns beneficiados pelo FRS nas comunidades onde foram levantados os fatos relevantes relacionados a evolução do FRS o que resultou na construção de uma linha do tempo (Ver Figuras 01, 02 e 03) em cada localidade.



Foto 01. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Caiçarina.



Foto 02. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Caiçarina.



Foto 03. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Caiçarinha.

Em 1997, no seu primeiro ano agrícola, fundaram o banco de sementes comunitário com o apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Em 2003 fundam a Associação dos Agricultores de Caiçarinha e em 2004 reativam o banco de sementes. Ao participarem de uma visita de intercâmbio na comunidade Caiçara do município de Pocinhos, que ocorreu no ano de 2007, é que tiveram as primeiras oportunidades de conhecer o funcionamento dos fundos rotativos solidários. Com o interesse da comunidade e tendo o apoio financeiro da Heifer³ em parceria com o PATAC iniciaram o FRS de Ovinos. 36 animais de raça crioula foram divididos para 06 famílias com o compromisso de devolver a cada ano 2 fêmeas, na primeira devolução conseguiram contemplar mais 2 famílias, em 6 anos contavam com um rebanho de 300 animais. Hoje este FRS conta com um total de 21 famílias beneficiadas.

Daí em diante foram surgindo outras iniciativas apoiadas pelas dinâmicas de fundo rotativo solidário, tais como: tela, arame farpado, palma forrageira, criações de galinhas, construção de cisternas, barreiros, biodigestor, sistema simplificado de água servida.

Todos os anos é comemorado o aniversário do FRS, acontecendo as devoluções de ovinos e o repasse solidário para outras famílias.

Vejamos a linha do tempo dos principais acontecimentos considerados importantes pela comunidade e que influenciaram para a evolução do FRS:

³ Heifer Internacional Programa Brasil-Argentina ONG de Cooperação Estadunidense. Fonte: <http://www.heifer.org/>

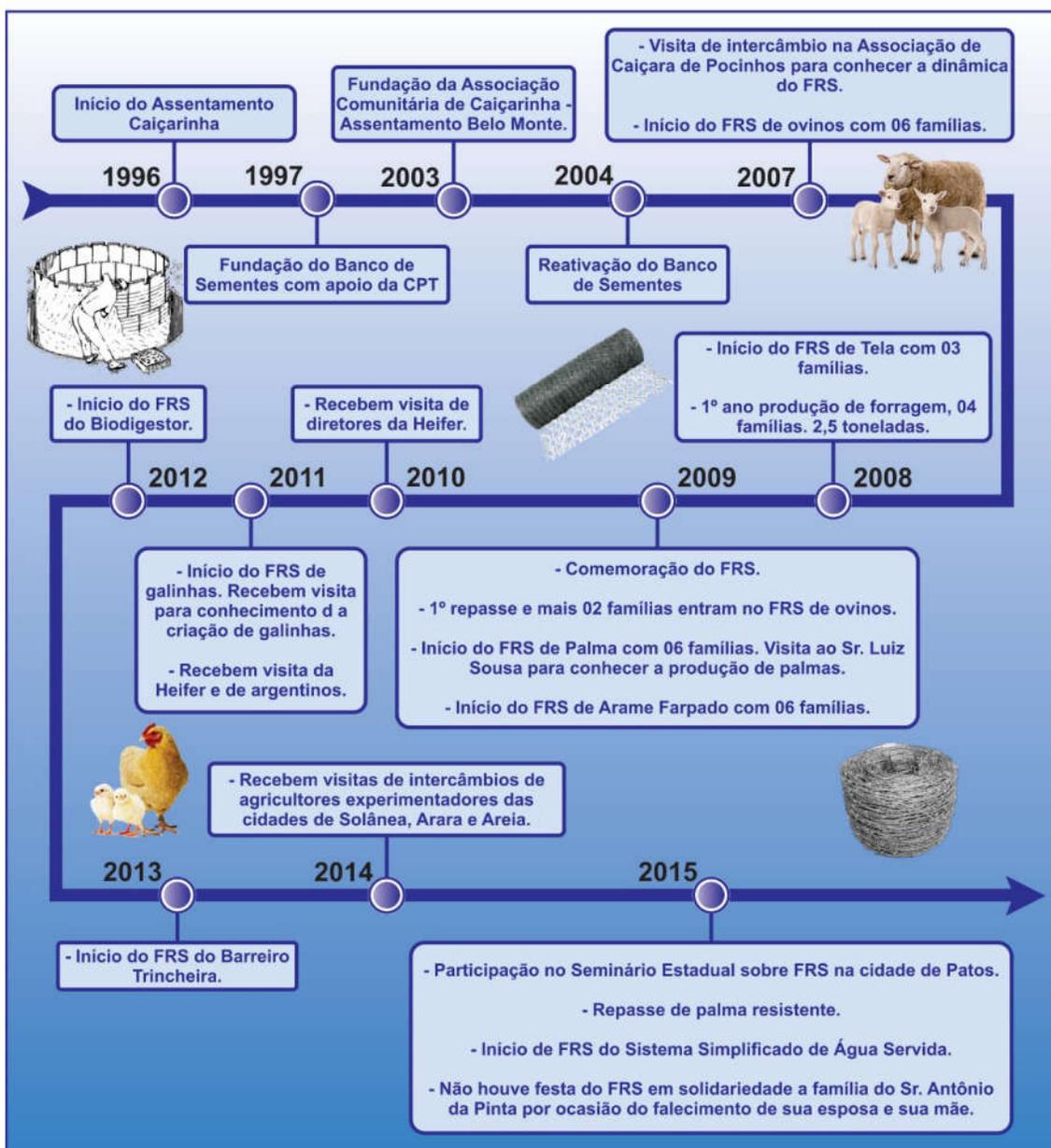


Figura 08. Linha do Tempo da Comunidade Caiçarina em relação ao Fundo Rotativo Solidário.

4.1.3 Comunidade Coalhada-Capoeiras.

A comunidade Coalhada-Capoeiras está localizada no município de Cubatí, na Paraíba. Participam também da dinâmica do Território Rural do Seridó.

Foi realizada uma reunião com as lideranças da comunidade que administram os recursos do fundo rotativo solidário para obtermos conhecimento dos fatos relevantes sobre o FRS, construímos o histórico ilustrado em uma linha do tempo.



Foto 04. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Coalhada-Capoeiras.



Foto 05. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Coalhada-Capoeiras.

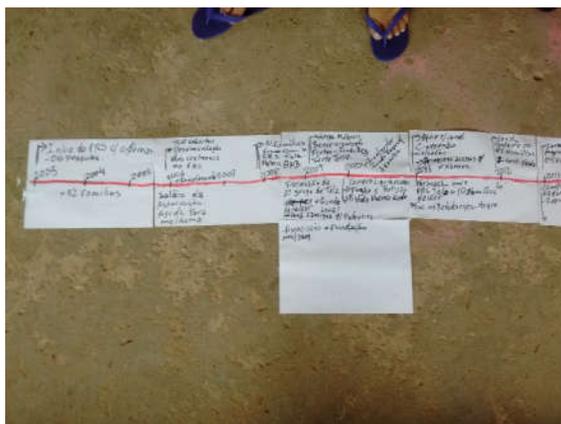


Foto 06. Construção da Linha do Tempo da Comunidade Coalhada-Capoeiras.

O Fundo Rotativo Solidário entrou em funcionamento na Comunidade em 2003, na época a ideia era ampliar o acesso as cisternas de placas do Programa 1 Milhão de Cisternas para as famílias que não seriam beneficiadas na primeira etapa. No ano seguinte mais 2 famílias acessam o FRS para construção de cisternas. No ano de

2006 uma decisão do Tribunal de Contas da União recomenda ao Ministério do Desenvolvimento Social a dissociação de repasse de recursos para cisternas do Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC, para uso dos fundos rotativos solidários. Mesmo assim o FRS continuou avançando com outras iniciativas. Neste mesmo ano de 2006 iniciam o funcionamento do banco de sementes comunitário e com os recursos em caixa contribuem para melhorias estruturais do salão comunitário. Em 2008 é formado um grupo com 10 famílias para confecção de telas de arame com apoio do PATAC e COLETIVO com recursos do BNB.

Em novembro de 2009 é fundada a Associação de Desenvolvimento Rural de Capoeiras, Coalhada e Região. Com a isso a organização do fundo rotativo solidário é composta por pessoas que dirigem a Associação mais outros membros das famílias envolvidas. Neste ano com o apoio do Fundo Regional organizam o Grupo de Mulheres que passam a trabalhar com o beneficiamento de frutas. Formam o segundo grupo de telas, desta vez com apoio do MISEREOR, também decidem colaborar para confecção de camisas da festa da padroeira.

Em 2010 o Fundo Rotativo Regional financia a construção de um biodigestor e os recursos do FRS são usados para a compra de um liquidificador, um fogão e um botijão de gás, fortalecendo o grupo de beneficiamento de frutas. No ano seguinte com o apoio da Heifer 10 famílias são beneficiadas com o acesso ao FRS de Telas, também acontece a construção de cisternas calçadão. Em 2012 07 famílias acessam o FRS para construção de canteiros econômicos e 5 famílias são beneficiadas com fogão agroecológico em 2013.

Novamente a Heifer apoia a formação dos Grupos de Jovens e de Mulheres para iniciarem um FRS de Criação Animal, na ocasião 02 famílias recebem apoio para os jovens iniciarem a criação de ovelhas e 03 mulheres são beneficiadas com galinhas.

Com a abrangência do fundo rotativo solidário em apoiar várias iniciativas além da criação de animais, construção de cisternas de diversos tipos, mudas de plantas nativas, construção de canteiros econômicos, as famílias podem contar com ajuda para necessidades pessoais como a compra de terras, exames médicos e documentações pessoais, sendo que todas estas iniciativas são organizadas em um mesmo controle o fundo é conhecido como Fundo Rotativo Comunitário ou Fundo

Rotativo Solidário Comunitário - FRCS. Atualmente existem 50 famílias que acessam o FRCS. Na figura abaixo ilustramos o histórico com a linha do tempo:

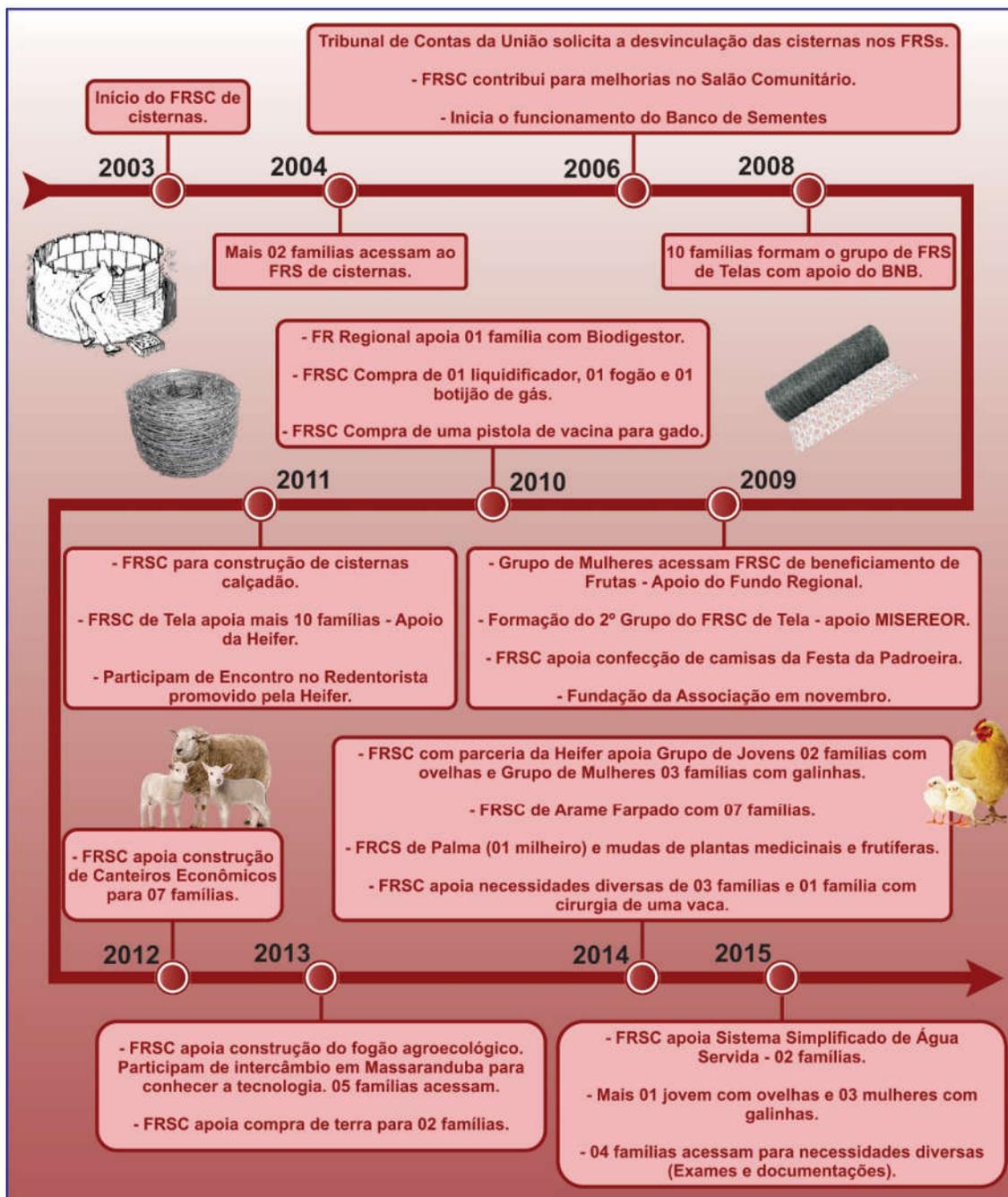


Figura 09 – Linha do Tempo da Comunidade Coalhada-Capoeiras em relação ao Fundo Rotativo Solidário.

4.2 Análise dos Dados

A experiência destas comunidades com fundo rotativo solidário sempre contou com apoios externos e organizações de ATES e de ATER, igrejas e outras entidades, além dos esforços das famílias, tanto para dar início a um determinado benefício desejado quanto para capacitações e apoio técnico.

O Coordenador Institucional do COLETIVO, Alex Barbosa dos Santos, ressalta que as ações dos fundos rotativos solidários têm como objetivo interagir as pessoas da comunidade dentro do processo de convivência com o semiárido e com a transição para a agroecologia. Sobre a gestão dos FRSs, Alex é enfático em dizer que o trabalho do COLETIVO nas comunidades é feito de modo que elas encontrem suas próprias regras para funcionamento dos fundos, pois cada comunidade tem uma dinâmica que varia de uma para outra, o que dá certo em uma localidade pode não servir para outra.

Com as informações colhidas através das linhas do tempo construídas com as Comunidades e com as entrevistas realizadas, percebe-se que a gestão dos fundos rotativos solidários nas comunidades de Caiçarina e Coalhada-Capoeiras tem características em comum, porém com algumas particularidades. A diferença mais notável é que enquanto em Caiçarina cada fundo tem um controle diferenciado, no que tange a organização dos recursos para cada iniciativa apoiado cuja devolução é feita pela família de acordo com o objeto/apoio que recebeu, em Coalhada-Capoeiras é realizada uma gestão única de todos os recursos num mesmo controle, onde a família que acessa um determinado benefício poderá devolver com outro que seja equivalente ao acordo inicial de devolução. Os recursos em posse daquele fundo podem ser usados para fortalecimento de outra iniciativa independente de sua origem. Desta forma, a organização PATAC considera que no primeiro caso há uma gestão de Fundo Rotativo Solidário Temático e no segundo é definido como Fundo Rotativo Solidário Comunitário.

Foram observados os princípios estudados que regem a gestão dos fundos rotativos solidários, tanto na bibliografia recorrida quanto nas que foram apontadas pelos assessores das instituições COLETIVO e PATAC, logo, identificamos alguns aspectos que corroboram com estes princípios:

1 - **Autogestão** – Os membros das famílias envolvidas formam comissões que administram os recursos, independentes se são oriundos de parcerias com instituições que fomentem as iniciativas. No máximo, apresentam prestações de contas sobre o uso dos recebimentos. Não há interferência das organizações na gestão, ou seja, não há a existência de intermediadores ou facilitadores compondo as comissões dos FRSs. As pessoas gestoras têm a responsabilidade de participarem das reuniões das organizações parceiras, dos eventos de formação e de intercâmbios, da verificação das compras, monitorar e acompanhar as famílias.

Um fato a ser considerado é de que há pouca ou nenhuma rotatividade das pessoas que integram as comissões organizadoras. Ficando a cargos das lideranças locais a função de gerir os FRS. Nos casos estudados são os membros das diretorias das associações que participam da organização de cada fundo.

De acordo com José Waldir de Sousa, PATAC, na apresentação do sistema de um FRS às comunidades, mesmo usando a Cartilha do Cordel do Fundo Solidário, não há a intenção de padronizar a forma de administração destes fundos. “Cada comunidade encontra sua maneira própria de gerir, considerando sua realidade, capacidade intelectual das famílias envolvidas, a maturidade enquanto o espírito comunitário e as raízes de solidariedade próprias do local”, afirma. Para tanto são feitos exercícios que permitem a reflexão do histórico da comunidade e os acontecimentos que remetem aos princípios solidários já existentes.

2 - **Crerios e Prioridades para Acesso** – Tanto o COLETIVO quanto o PATAC são enfáticos de que os fundos rotativos solidários devem atender as famílias mais carentes entre as que irão formar um grupo. As famílias que pretendem ser beneficiadas são visitadas para que se faça um levantamento a fim de verificar algumas condições básicas para o recebimento do recurso. Estas condições dizem respeito a infraestrutura mínima para manter o benefício, ou ainda a capacidade de devolução no tempo acordado. A tabela abaixo construída com o apoio dos assessores do PATAC, Valterlândio e Waldir, apresentam estas referências:

TIPOS DE FUNDOS ROTATIVOS APOIADOS – NÍVEL COMUNITÁRIO

Tipos de Apoio	Características / Referências	Condições Necessárias para Família Acessar o Recurso	Formas de Contribuições das Famílias	Observações
Animais - galinhas	No mínimo: 01 macho reprodutor e 04 fêmeas. No máximo: 01 macho reprodutor e 10 fêmeas.	Existência de infraestrutura mínima, condições de alimentação. Prioridade a jovens e a mulheres organizadas em grupos	A cada ano devolve-se 2 crias até se repassar o total de animais recebidos. Ao final de x tempo são devolvidas 2 crias mais 01.	
Animais – cabras e/ou ovelha	Cada Família recebe entre 02 e 06 fêmeas; machos são de uso coletivo e a quantidade a depender da necessidade de cada grupo	Existência de infraestrutura mínima, condições de alimentação. Prioridade a jovens e adultos organizados em grupos	Uma ou duas fêmeas anualmente até repassar 100% do total recebido; um ano após a devolução cada membro do grupo repassa um macho para apoiar a ação comunitária	
Arame Farpado	a quantidade varia de acordo a cada caso – de 01 a 03 rolos	Associado a alguma outra iniciativa de FRS, como plantio de palma forrageira ou criação de animais,	Parcelas periódicas conforme acordo em cada grupo	
Tela de Arame	Cada família recebe apoio de 30 a 50kg de arame para confecção da tela	Estar organizado em grupos	Repasse mensal em dinheiro na equivalência de determinada quantidade de arame no preço do dia do repasse	

Palma	De 200 a 10 mil raquetes por família	Apoio a grupos comunitários	Devolução inicia com dois anos do apoio e se dá em 02 parcelas anuais em raquetes, sendo 50% da quantidade recebida a cada repasse	
Cisterna	Uma por família de cada vez	Cada família pode ser apoiada mais de uma vez	Parcelas periódicas em dinheiro até completar 100 % do valor da cisterna	Cisternas são apoiadas exclusivamente com recursos dos próprios fundos comunitários
Sistema Simplificado de Água Servida	Apoio familiar,	Famílias inseridas na ação comunitária que queiram experimentar a ação de reuso da água no arredor de casa, geralmente famílias que participam de feiras agroecológicas	Parcelas periódicas em dinheiro até 100% do valor do equipamento	
Fogão ecológico	Um por família	Grupos de mulheres por comunidade	Em parcelas mensais ao fundo comunitário até completar 100% do valor de um novo fogão	
Sementes para plantio	Quantidade distribuída de acordo a cada família	Famílias participantes dos Bancos de Sementes Comunitários	Após a colheita em tipo de semente recebida e em quantidade acrescida de 50ª 100% do total recebido	

Tabela 02 – Referências para acesso aos recursos dos Fundos Rotativos Solidários a nível comunitário.

TIPOS DE FUNDOS ROTATIVOS APOIADOS – NÍVEL REGIONAL				
Tipos de Apoio	Características / Referências	Condições Necessárias para Família Acessar o Recurso	Formas de Contribuições das Famílias	Observações
Beneficiamento de Frutas	Grupos de mulheres e jovens que recebem equipamentos, utensílios e matéria-prima	Grupos que experimentam o aproveitamento de frutas nativas e adaptadas para consumo e acesso a mercado	Um ano após o apoio inicia a devolução que se dá em dinheiro. 50% do repasse fica no fundo comunitário e 50% vai pro FRS regional para apoiar outros grupos de mulheres	
Biodigestor	Um por família	Famílias de comunidades com FRS	A devolução se dá ao fundo regional em parcelas mensais na equivalência de um boião de 13kg até completar 100% do apoio recebido	

Tabela 03 – Referências para acesso aos recursos dos Fundos Rotativos Solidários a nível regional..

É importante destacar que mesmo havendo o compromisso de devolução de uma certa quantidade em um determinado período que são firmados com a comunidade no momento do recebimento dos recursos, as famílias beneficiadas devolvem de acordo com suas disponibilidades no momento do repasse. Caracterizando de forma muito clara a consciência solidária existente entre as famílias. Como, por exemplo: se uma família beneficiada com galinhas, mas por motivos alheios não houver sucesso na reprodução das mesmas acarretando em prejuízo, a família leva o assunto para a assembleia e se propõe a fazer a devolução de sua parte quando se recuperar do dano.

Sobre o critério de escolha de qual família será beneficiada e havendo mais famílias demandando o FRS do que a quantidade de recursos disponíveis para atender a todos, na comunidade Caiçarinha costuma-se fazer um sorteio na assembleia. O agricultor Antônio da Pinta, do Assentamento Belo Monte, confirma dizendo que “A escolha é através de um sorteio, para ninguém ter raiva”...“e todo mundo concorda, mesmo o perdedor sai de cabeça erguida, não tem par quê, porque reclamar, infelizmente não deu vai pra a próxima”.

Já na Comunidade Coalhada-Capoeiras, as decisões sobre qual família será beneficiada é colocada em votação na assembleia, mesmo havendo ainda a possibilidade desta decisão ser tomada por um dos membros que organiza o FRS, quando se tratar de situações emergenciais, que em seguida será informado na assembleia posterior sem que isto cause conflitos entre os associados e beneficiários do FRS.

De acordo com Maria das Dores, uma das organizadoras do Fundo Rotativo Solidário Comunitário da Comunidade Coalha-Capoeiras, outros critérios para que a família possa acessar o Fundo é de que ela esteja inserida na dinâmica da comunidade, participando das reuniões e atividades que são desenvolvidas, também tem que ter o compromisso com a transição agroecológica. Estas mesmas observações são apontadas por Seu Geraldo, presidente da Associação do Agricultores e Agricultoras de Caiçarinha e Região e que organiza também os fundos rotativos daquela comunidade.

Para Alex Barbosa algumas considerações são levadas em conta para iniciar um grupo, a exemplo da disponibilidade das famílias em participar das ações desenvolvidas nas dinâmicas da comunidade ou estarem organizadas, que já estejam

participando dos momentos de partilha de suas experiências e comprometidas nas diversas ações na comunidade, seja de ordem religiosa ou em mutirões. Alex ainda aponta que um outro cuidado importante é que o FRS esteja ao alcance das famílias que tem menos acesso as políticas públicas, “estas precisam ser apoiadas e visibilizadas”, destaca.

As iniciativas que contemplam as mulheres e as juventudes locais são também preceitos para a instalação de um grupo solidário, geralmente grupos formados com este perfil tendem a ter mais abertura para aprender e sensibilidade para os processos de transição para a agroecologia. E uma outra forma de prioridade para o acesso são para famílias que já foram apoiadas e que efetuaram a devolução, cumprindo desta forma com seus deveres e colaborando para as outras famílias terem a oportunidade de participar.

3 - Participação Democrática – Todas as atividades que acontecem na comunidade em torno do FRS desde a destinação dos recursos, a realização de eventos ao modo de gerenciamento dos fundos, são decididos de forma coletiva, geralmente nas assembleias comunitárias. A começar quando da implementação de um fundo rotativo solidário, pois se escutam as comunidades para percepção de como elas poderão se organizar levando em conta suas peculiaridades, a condição econômica e social das pessoas envolvidas e, mais importante ainda, seus saberes.

É a comunidade reunida quem decide que tipo de registro irão fazer para os controles, apesar das orientações dadas pelas instituições que as assessoram., são elas quem elaboram seus cadernos de controle, livros caixa e até o termo de compromisso varia de comunidade para comunidade pois são elaborados por elas mesmas.

4 - Registros – Há a recomendação das organizações que assessoram as comunidades para que elas utilizem documentos para registro e controle das atividades dos FRSs, tais como livro de atas, livros caixas, cadernos para anotações dos nomes das pessoas que acessam e qual benefício e quantidade recebida, termos de compromisso e carnês. No entanto, constata-se o uso de um carnê para controle dos recursos na Comunidade Coalhada-Capoeiras e nos dois casos os registros das ocorrências nos FRSs sempre são levados para as assembleias das associações que

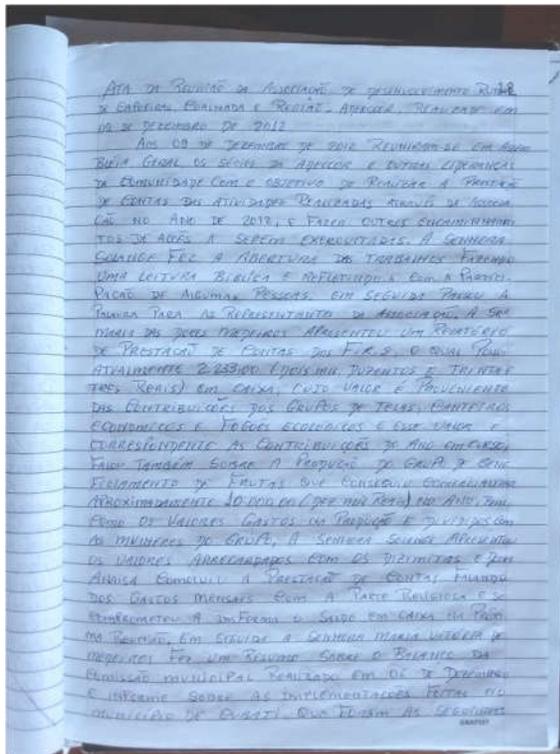


Foto 08. Ata da Associação da Comunidade Coalhada-Capoeiras.

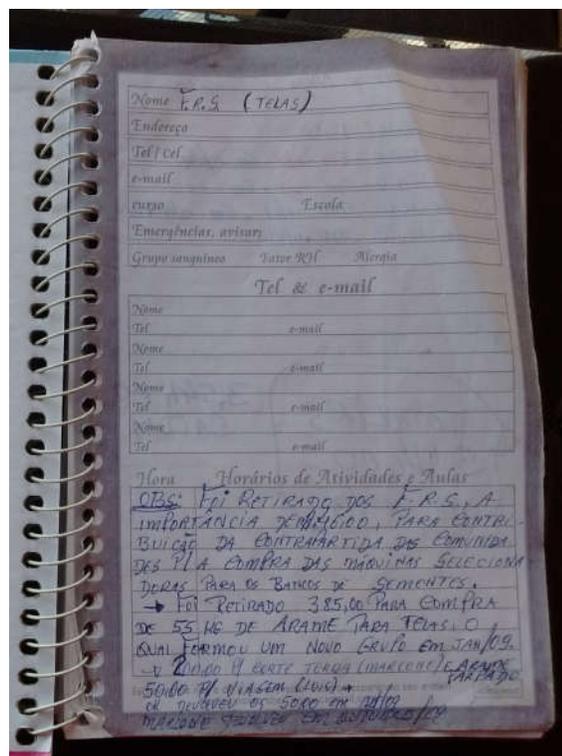


Foto 09. Página do Caderno de Anotações do FRSC da Comunidade Coalhada-Capoeiras.

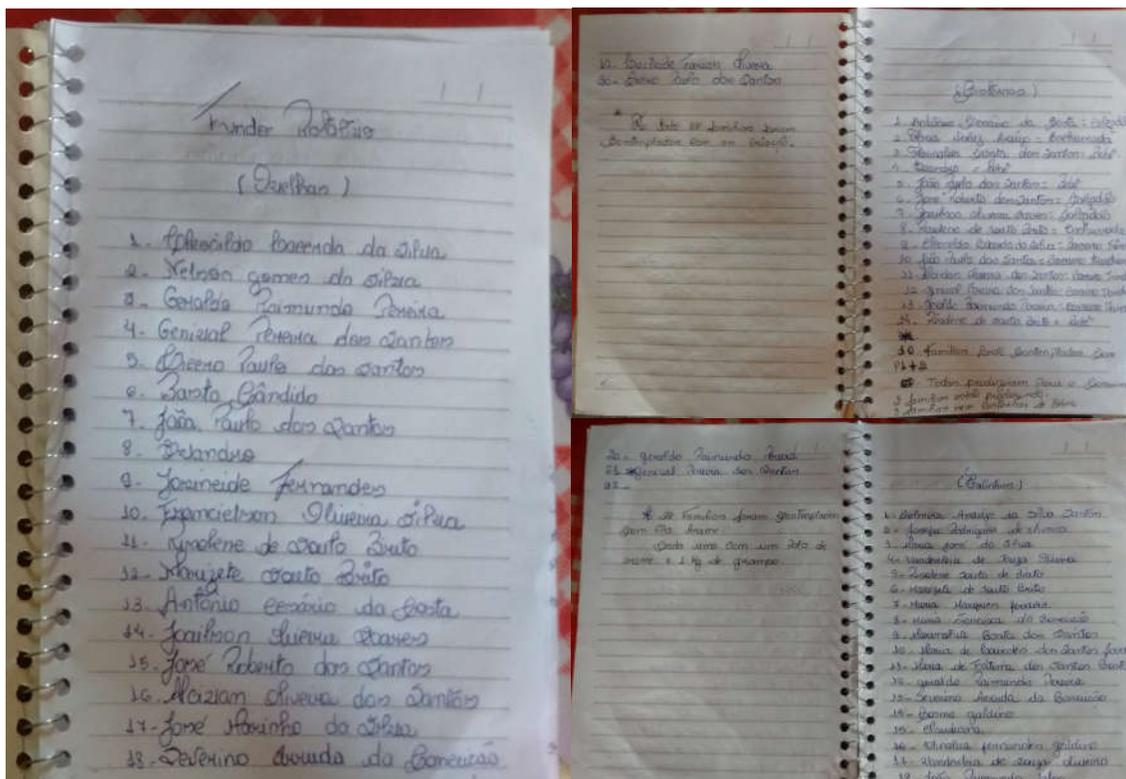


Foto 10. Páginas do caderno de anotação do FRS da Comunidade Caiçarina.

Na experiência da Comunidade Coalhada-Capoeiras existe a utilização do carnê para controle do FRS, conforme imagem abaixo:



Imagem 11. Carnê Utilizado para Controle do FRSC da Comunidade Coalhada-Capoeiras.

5 - Transparência – Entendemos como transparência nas gestões o ato de fazer público a utilização dos recursos dos fundos, sejam eles entradas (receitas) ou saídas (despesas), e que sejam compreensíveis para quem interessar saber sobre estas movimentações. Resultando em confiabilidade nas pessoas que administram estes recursos por parte de qualquer pessoa ou instituição que queira conhecer o seu funcionamento. Também podemos encaixar aqui a transparência no tocante ao conhecimento das normas do FRS, estando explícitas a todos envolvidos, para que não venha a causar confusão sobre algum assunto.

Nas comunidades de Caiçarina e de Coalhada-Capoeiras as prestações de contas dos fundos rotativos solidários são feitas nas assembleias comunitárias, também são discutidas e expostas as regras de funcionamento. Todos os entrevistados afirmam ter ciência de destas regras para participar do FRS, mesmo não havendo nenhuma formalização ou termo de compromisso a ser assinado pelas partes. Nenhum dos indivíduos que acessam os fundos e que foram entrevistados ou ainda os que participaram de outros momentos de conversações relataram problemas de falta de compreensão sobre as normas básicas e os compromissos agregados para quem é beneficiado, sendo que todos os acordos são feitos de forma oral nos grupos ou nas assembleias da associação que estão inseridas. Verificamos que em nenhuma das duas dinâmicas de fundo rotativo solidário estudadas existem estatutos ou regimentos escritos, o que não prejudica o bom andamento do sistema solidário.

Nota-se que todos os indivíduos entrevistados que acessam, mas não fazem parte das comissões que organizam os fundos rotativos solidários, tem um sentimento de confiança nos que estão à frente das atividades e fazem a gestão dos fundos. Para eles as regras que regem o FRS desde o acesso até a devolução são combinados e aceitos em comum acordo nas assembleias, dispensando quaisquer tipos de documentos que formalizem estes acordos.

Para facilitar o entendimento das informações coletadas elaboramos uma tabela de comparação entre as características nas gestões dos fundos rotativos solidários em cada comunidade:

Comparação da gestão dos Fundos rotativos solidários entre as comunidades de Caiçarinha e Coalhada-Capoeiras		
Característica	Caiçarinha	Coalhada-Capoeiras
Fundo Rotativo Solidário Temático	X	
Fundo Rotativo Solidário Comunitário		X
Ausência de rotatividade das pessoas que gerem os FRS	X	X
Ausência de ata própria do FRS	X	X
Ausência de Regimento do FRS	X	X
Ausência de Termo de Compromisso	X	X
Uso de carnê para controle dos recursos acessados		X
Comissão para cada tipo de FRS	X	
Uso dos recursos financeiros para necessidades pessoais (exames, documentações, outros)		X
Escolha da família por sorteio na assembleia	X	
Decisão sobre as famílias que acessarão o FRS na assembleia		X
Membro da comissão que organiza o FRS pode decidir sobre o repasse do recurso para uma família em casos de emergência.		X

Tabela 04. Comparação das Gestões dos FRSs Estudados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos analisar a gestão dos fundos rotativos solidários a partir de questionamentos sobre o registro das atividades e sua organização, como: Há clareza nas anotações feitas? Estas anotações são eficientes para que se compreenda o desenvolvimento do FRS?

No entanto, as atividades in loco mostraram aspectos importantes que merecem destaque nas duas comunidades estudadas:

1. Forte sentimento de solidariedade e reciprocidade entre as famílias que acessam o FRS nas duas comunidades.
2. Participação extraordinária das mulheres na organização dos FRS estudados.
3. Compromisso comunitário com ações que colaboram para a transição agroecológica.
4. Os FRSs não apresentam problemas na continuidade, sempre multiplicando as ações.

O estudo do referencial teórico somadas às atividades de campo foram importantes para que pudéssemos ter os parâmetros necessários para associar a realidade vivida nas comunidades e o ideal teórico desejado sobre o tema. Logo, observamos que na prática da administração dos fundos rotativos solidários das comunidades de Caiçarinha e de Coalhada-Capoeiras alguns aspectos de registros e controle das gestões não ocorrem de acordo com o que especificam as cartilhas, manuais e das orientações dadas pelas organizações que as acompanham, tais como:

Pouca ou nenhuma realização de reuniões próprias dos FRSs. Por ocasião das lideranças locais participarem de vários eventos e assembleias, as mesmas se veem com pouco tempo para adicionar mais atividades em suas agendas, o que é bastante compreensível, sendo os assuntos dos fundos rotativos discutidos nas assembleias das associações que pertencem suas comunidades. Uma reflexão feita sobre isso é a de que a pouca rotatividade das pessoas que gerem os FRSs ocasiona a sobrecarga de atividades nas mãos de poucas pessoas, enquanto que a maioria, por motivos particulares diversos, se limitam a cumprir as exigências básicas para participar de um grupo de FRS.

Inexistência de atas específicas para uso das comissões dos FRSs em suas reuniões. A função deste documento é de auxiliar a gestão a ter de forma resumida as anotações das deliberações feitas em cada reunião, servindo também de um tipo

de memorização dos fatos mais relevantes que tenham ocorridos. Este tipo de registro, em geral, contém alguns detalhes que podem dar suporte para as decisões futuras. Verifica-se que é costume destas comunidades o registro dos assuntos dos FRSs nas atas das associações, já que são nestas reuniões que acontecem os debates sobre os FRSs. Mesmo assim, poderíamos considerar que a escrituração em uma ata própria, mesmo as reuniões aconteçam em paralelo com a ata da associação, ajudaria substancialmente para que as próprias pessoas que fazem a gestão atualmente, as organizações parceiras e as gerações futuras possam utilizar para possíveis estudos.

Há falta de formalização dos compromissos acordados e aceitos pelas famílias que recebem os recursos dos FRSs. Percebe-se que a tradição, na maioria dos casos, em torno dos valores de reciprocidade embasa o relacionamento de confiabilidade entre as famílias que repercute na dispensa da assinatura em documentos formais para que o agricultor ou agricultora recebam o recurso pretendido. Porém o uso de um termo de compromisso, por exemplo, pode ser útil para sanar algum problema que possa acontecer e que não é previsível no ato do recebimento além de reforçar o conteúdo histórico destas transações.

Por fim, notamos que há uma dificuldade no registro em documentos do tipo livro caixa, cadernos de anotação ou, ainda, o uso de planilhas para detalhamento da movimentação financeira ou das entradas e saídas de outros tipos de recursos de ordem não monetária. Foi possível verificar que na organização dos fundos rotativos solidários as anotações feitas para controle, apesar de não prejudicar na prestação de contas na comunidade, ocasionalmente, não são de fácil compreensão por terceiros, implicando que apenas a pessoa responsável pelas anotações consegue explicar como se deu as ocorrências ali registradas. Também é um fator a ser considerado em se tratando de histórico do desenvolvimento dos FRSs nas comunidades.

Outras questões foram reveladas no decorrer da pesquisa voltadas para compreender se os fundos rotativos solidários estão conseguindo cumprir suas finalidades sociais, principalmente, ficando ainda alguns pontos a serem pesquisados com mais minudências para que colaborem com experiências cada vez mais exitosas nos sistemas de fundo rotativo solidário. Também há de se considerar um estudo que possa analisar a contribuição e os impactos dos fundos rotativos solidário para

questões como a transição agroecológica e convivência com o semiárido, por exemplo.

Sugere-se o desenvolvimento de ações de formação sistemáticas e com metodologias apropriadas para aperfeiçoamento das gestões dos FRSs.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN & TEIXEIRA (Orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: EMBRAPA, UFPB e CIRAD, 2002.

ANDION, C. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de Administração Pública**: Rio de Janeiro, p.7-25. jan/fev. 1998.

ARMANDO, H. F. N.; LORENA; L. G. (Orgs). **Ciencia, compromiso y cambio social**: Textos de Orlando Fals Borda. 1. ed. Buenos Aires: El Colectivo - Lanzas y Letras - Extensión Libros, 2012.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária**: A alavanca para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ASA. Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/semiarido#indicadore-semiarido>, acessado em 09/01/2016.

AS-PTA. **Agriculturas**: experiências em agroecologia. Campina Grande, v. 6, n. 2, jul. 2009.

_____. **Agriculturas**: experiências em agroecologia. Campina Grande, *Agriculturas*. v. 7 – nº 2. Julho de 2010

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDA, O. F. **Una sociología sentipensante para América Latina**. In: MONCAYO, V. M. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Cartilha dos fundos solidários**: contribuição sobre histórico, constituição e gestão. 2012.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Paraná: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

CÁRITAS. **Sistematização de experiências da economia solidária**: Referenciais, etapa e ferramentas para o processo de sistematização. Brasília: Cidade Gráfica, 2012.

_____. **Os fundos solidários e o direito dos trabalhadores produzirem e viverem em cooperação de maneira sustentável**: Novas utopias para o mundo do trabalho? Brasília: [s.n.], 2012.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o semiárido brasileiro: Autonomia e protagonismo social**. Brasília: IABS, 2013.

DUQUE, G.; SIDERSKY, P.; OLIVEIRA, M. S. de L. Fundos rotativos: organização e desenvolvimento local no semiárido paraibano – potencial e limites do resgate das tradições de reciprocidade. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, nºs. 01 e 02, p. 117–126, jan-dez. 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, R. C. C.; CAVALCANTE, A. M. B.; MARIN, A. M. P. (Orgs.). **Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2011.

LOCKS FILHO, P. **Democracia e economia solidária: uma análise dos processos de tomada de decisão em empreendimentos econômicos solidários**. 2012. 141 f. Dissertação de mestrado em Ciência Política – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

MARX, K. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2.

MOREIRA, R. M. **Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP – Brasil**. 2003. 151 f. Dissertação de mestrado em Engenharia Agrícola. Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP. Campinas. 2003.

OLIVEIRA, F.; CHAUI, M. Os sentidos da democracia e da participação. In: Seminário Os Sentidos da Democracia e da Participação. 2004. São Paulo. **Anais Apresentados**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. p. 11-23.

PATAC. **Cordel do fundo solidário: gerando riquezas e saberes - noções de boas práticas sobre organização e gestão**. Campina Grande: Gráfica JB, 2011.

ROCHA, J. C. da; COSTA, J. W. S. Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semiárido. **Agriculturas: experiências em agroecologia**. Campina Grande, v. 2, n. 3, p. 12-15, out. 2005.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, nº 20, p. 41-49, nov. 1999.

_____. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 27, p. 24-51. mai-ago. 2011.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

SILVA, R. M. A, org. **Desenvolvimento solidário e sustentável**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2005.

_____. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STAMATO, B. **Pedagogía del hambre versus pedagogía del Alimento**: Contribuciones hacia un nuevo proyecto pedagógico para las ciencias agrarias en Brasil a partir del programa de formación de técnicos de ATER em Botucatu/SP y de los cursos de grado en agroecología. Tese de doutorado. Programa Innovación Curricular y Practica Socioeducativa, Facultad de Educación, Universidad de Córdoba, España, 2012.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Economia**: micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas Do Campesinato Brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. 1996. Caxambu. **Trabalho Apresentado**. Caxambu: ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. 1996.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi – 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Foram entrevistados 4 indivíduos que compõem os “segmentos” envolvidos na administração dos Fundos Rotativos Solidários estudados. Elaborados os roteiros tipificados de acordo com a classificação abaixo:

Roteiro de Entrevista – Tipo A

Realizada com 01 Representante do PATAC e 01 representante do COLETIVO. O objetivo é captar a visão geral que as coordenações destas organizações tem sobre os Fundos Rotativos Solidários em termos dos seus objetivos, importância, princípios, organização, formação, gestão entre outros.

1 - Registro do nome do(a) entrevistado(a) e qual organização faz parte

Questões conversadas:

- ✓ Como se deu a o início dos apoios aos FRS e porque?
- ✓ Quais os FRS existentes? O que apoia?
- ✓ Quais são os objetivos dos FRSs?
- ✓ Quais os princípios que norteiam a gestão e a organização dos FRS?
- ✓ Quem pode participar dos FRSs? (critérios de escolha dos participantes)
- ✓ Como se organizam?
- ✓ Existência de atas? (ou qualquer outro tipo de registro das reuniões onde são tomadas as decisões)
- ✓ Existência de instrumentos de registro e controle. (carnê, ficha, caderno e/ou planilha)
- ✓ Regras de funcionamento e/ou regimentos.
- ✓ Como é gestão dos FRS?
- ✓ *Como são tomadas as decisões?*
- ✓ Quais espaços utilizados? (Quem decide? Onde? Reuniões comunitárias e reuniões de gestão?. Local de reuniões. Qual a frequência destas reuniões. Participação dos beneficiários)
- ✓ Há capacitações para gestão dos fundos?
- ✓ Quais os avanços ocorridos na gestão dos FRSs?
- ✓ Quais as principais dificuldades encontradas na gestão dos FRS?
- ✓ Qual a relação dos FRSs com a agroecologia? Contribuem para a Transição Agroecológica?

Roteiro de Entrevista – Tipo B

O objetivo é captar a visão dos indivíduos que gerem a(s) comissão(ões) do(s) Fundo(s) Rotativo(s) Solidário(s) tem sobre o funcionamento na sua comunidade – desde a compreensão até como ocorre na prática, seus objetivos, importância, princípios, organização, gestão, entre outros.

1 - Registro do nome do entrevistado – Comunidade onde reside e a quanto tempo.

- ✓ Quando e quais foram os motivos para participar do FRS. Quando iniciou?
- ✓ O que o FRS apoia?
- ✓ Quem tem acesso ao FRS - Critérios e prioridades?
- ✓ Quais espaços de gestão? (Reuniões comunitárias e reuniões de gestão. Local de reuniões)
- ✓ Qual a frequência destas reuniões e participação dos beneficiários?
- ✓ Como se deu a Formação da Comissão organizadora do FRS?
- ✓ Quem decide sobre a reutilização dos recursos? Critérios e prioridades.
- ✓ Há renovação da gestão do fundo?
- ✓ Quem apoia o fundo?
- ✓ Como se organizam?
 - Existência de atas ou regimentos.
 - Existência de compromissos das famílias e de termo de compromisso.
 - Quais as contrapartidas das famílias?
 - Participar das reuniões
 - compromissos com a transição agroecológica.
- ✓ Quais os compromissos dos que fazem a gestão? Há compromissos sociais agregados?

Roteiro de Entrevista – Tipo C

O objetivo é captar a visão de um indivíduo que acessa e faz parte de uma comissão organizadora de um fundo rotativo solidário, entender como a família vê o FRS, a

importância que teve ou tem para a família; como a família participa das decisões do FRS, quais os compromissos da família ao acessar o FRS seja em relação a transição agroecológica, a convivência e ao desenvolvimento comunitário; como ocorre na prática a partir da ótica da família.

1 - Registrar o nome do(a) entrevistado(a) – Comunidade onde reside e a quanto tempo

- ✓ Quando se inseriu na gestão do FRS.
- ✓ O que o FRS apoia?
- ✓ Quando iniciou o FRS?
- ✓ Como se deu a Formação da Comissão organizadora do FRS?
- ✓ Há renovação da gestão do fundo?
- ✓ Existência de atas ou regimentos.
- ✓ Quais espaços de gestão? Reuniões comunitárias e reuniões de gestão. Local de reuniões. Qual a frequência destas reuniões e participação dos beneficiários.
- ✓ Quem decide sobre a reutilização dos recursos? Critérios e prioridades.
- ✓ Existência de compromissos das famílias e de termo de compromisso. Tempo para devolução dos recursos.
- ✓ Quais as contrapartidas das famílias? Participação nas reuniões, compromissos com a transição agroecológica.
- ✓ Quais os compromissos com a gestão?
- ✓ O FRS apoia outras iniciativas fora do objeto principal do fundo?

Roteiro de Entrevista – Tipo D

O objetivo é captar a visão que a família que apenas acessa o FRS, não participa diretamente da gestão, tem sobre a importância que teve ou tem para a família; qual foi o nível de participação da família sobre as decisões do FRS, quais os compromissos da família ao acessar o FRS, seja em relação a transição agroecológica, a convivência e ao desenvolvimento comunitário; como ocorre na prática a partir da ótica da família.

1 – Registro do nome do(a) entrevistado(a) – Comunidade onde reside e a quanto tempo.

- ✓ Quando acessou ao FRS.
- ✓ Para que recebeu apoio do FRS – qual o apoio? Como devolve?
- ✓ O significado para a família (mudanças? Quais?)
- ✓ Compromissos da família
 - Quais as contrapartidas das famílias?
 - Participar das reuniões
 - compromissos com a transição agroecológica.
 - Compromisso com outras famílias/desenvolvimento comunitário